



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1485/17	DATA: 10/10/2017	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 09h54min	TÉRMINO: 13h44min	PÁGINAS: 81

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

HELENA BONCIANI NADER - Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências — ABC.
ILDEU DE CASTRO MOREIRA - Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC.
TATIANA ROQUE - Coordenadora da Campanha Conhecimento Sem Corte.
ALBERTO PEVERATI - Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação — CONSECTI.
EMMANUEL ZAGURY TOURINHO - Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica.
GIANNA CARDOSO SAGAZIO - Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria — CNI.
FERNANDO PEREGRINO - Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica — CONFIES.
ALDO NELSON BONA - Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais — ABRUEM.
ROSILDA PRATES - Diretora Executiva da Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação — P&D Brasil.
JÚLIO CÉSAR FELIX - Presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação.

SUMÁRIO

Debate sobre o orçamento da ciência e tecnologia, seus cortes e consequências para o desenvolvimento do País.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Bom dia, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, fruto do Requerimento nº 244, de 2017, de autoria do Deputado Celso Pansera, com a finalidade de discutir o orçamento da ciência e tecnologia, seus cortes e consequências para o desenvolvimento do País.

Esta audiência foi um pedido feito pelo Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, Sr. Ildeu de Castro Moreira, e também pelo movimento Conhecimento sem Cortes, na pessoa da Sra. Tatiana Roque.

A reunião ocorre numa semana imprensada pelo feriado — vamos dizer assim —, mas é importante que seja agora, porque, na semana que vem, já começa a definição do Orçamento do próximo ano. Então, de fato, esta era a semana que nós tínhamos para trabalhar. O ideal seria que tivéssemos uma quarta-feira para fazer a reunião no plenário principal da Casa, como fizemos no dia 17 de julho. Em função dos prazos regimentais e do Orçamento, nós não conseguimos fazer isso, nem aguardar até a Semana de Ciência e Tecnologia, que ocorrerá daqui a 2 semanas e também seria um bom momento para fazermos uma grande mobilização.

Nós organizamos o dia da seguinte forma: nesta audiência pública, vamos conversar entre nós e com Parlamentares, com a presença da *TV Câmara* e da *Rádio Câmara*, que, apesar de não parecer, têm repercussão principalmente no interior do Brasil, pois são muito ouvidas. Por isso, neste momento, usar uma linguagem popular para explicar o problema do impacto do corte orçamentário é importante para esclarecer a situação à sociedade brasileira.

Depois, ao fim desta audiência, nós queremos convidar aqueles que puderem ficar mais um pouquinho para batermos um papo sobre estratégias políticas de médio e longo prazos. Quero aproveitar a presença dos senhores para uma conversa mais informal, que não está na programação.

Às 15 horas, vamos nos concentrar no Salão Nobre da Câmara, que fica atrás do plenário principal. Lá vamos fazer um ato político. Em seguida, vamos fazer uma caminhada até a Presidência da Casa, onde entregaremos ao Presidente, o Deputado Rodrigo Maia, o abaixo-assinado com mais de 80 mil assinaturas do Conhecimento sem Cortes. Esse será o momento em que nós iremos reiterar o



pedido a S.Exa. para que o Governo tenha uma nova estratégia orçamentária para o ano que vem. Eu acho que é um momento fundamental para nós.

Nesta audiência, nós nominamos um conjunto de instituições para falar. A palavra também será franqueada, aos poucos, aos Parlamentares que chegarem. Nós já temos a presença de diversos Parlamentares.

Nós fizemos um trabalho muito bom de divulgação na Casa, com material, para que os Parlamentares saibam deste momento, deste movimento. Hoje eu vi que a *TV Câmara* entrevistou diversos dos senhores e das senhoras. Isso é fruto deste trabalho que nós desenvolvemos nos últimos dias para divulgar o evento no Parlamento.

Como nós não podemos colocar todos na Mesa, eu estabeleci um critério que espero que os senhores compreendam. Eu vou chamar, para compor a Mesa, entre tantos que falarão depois — e também abriremos a palavra aos demais, se quiserem falar —, o Presidente da SBPC, Sr. Ildeu de Castro Moreira; a Profa. Helena Bonciani Nader, representante do Sr. Luiz Davidovich, da Academia Brasileira de Ciências — ABC; e a Sra. Tatiana Roque, professora da UFRJ, que organizou e ajudou a conduzir o movimento Conhecimento Sem Cortes. Essa é a nossa Mesa.

Registro a presença dos demais convidados: Sr. João Carlos Gomes, no lugar da querida Francilene, que não pôde estar presente, representando o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação — CONSECTI; Sr. Wellington Lourenço de Almeida, Diretor da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal — FAPDF; Sr. Júlio César Felix, da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação — ABIPTI; Reitor Emmanuel Zagury Tourinho, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES; Sra. Gianna Sagazio, Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria — CNI; Sr. Fernando Peregrino, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica — CONFIES; Reitor Aldo Nelson Bona, Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais — ABRUEM; e Sra. Rosilda Prates, Diretora-Executiva da Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação — P&D Brasil.



O pessoal da Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG também falará depois. Enfim, nós vamos abrir a fala ao Plenário, à medida que os Parlamentares forem se integrando ao evento.

De pronto, quero agradecer aos senhores, em particular à SPBC, pela mobilização muito forte que foi feita. Ontem houve aquele evento bonito em frente ao Congresso. Eu não pude estar presente, porque ainda estava no Rio de Janeiro, mas soube que houve uma forte repercussão.

Não existe outro caminho mesmo. Esta é uma Casa em que se fala muito, mas também é uma Casa em que há pressão. Se não for dessa forma, nós não avançamos. É assim que os grupos de pressão atuam.

Obrigado pela presença, Deputada Margarida Salomão.

Eu estou vendo também o Reitor da UFRJ, meu amigo Roberto Leher. Aos poucos, nós vamos nominando todos os presentes. Também estou vendo o Deputado Edmilson Rodrigues, lá do Pará, um grande parceiro da ciência e do conhecimento.

Quero dizer aos senhores que aqui não há outro jeito: a Casa funciona sob pressão, sob demanda. A presença dos senhores nos ajuda muito no debate sobre a questão orçamentária.

Eu vou conceder a palavra aos convidados por 10 minutos. Regimentalmente, seriam 20 minutos, mas, em face do número de pessoas que irão falar, eu vou abrir a palavra por 10 minutos. Deputado Edmilson Rodrigues, Deputada Margarida Salomão, eu vou conceder a palavra à Mesa e, depois, imediatamente, abro a palavra aos senhores e às senhoras.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu poderia apenas fazer uma proposta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - É claro! Por favor, pode falar.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Há um milhão de atividades ocorrendo paralelamente, inclusive discussões de conteúdo local, na sala 12, e uma série de outras, como a reunião na Comissão de Finanças e Tributação — CFT.

Não sei se V.Exa. pode usar o seu prestígio para já pensar uma reunião com as Lideranças. Não sei está prevista alguma reunião do Colégio de Líderes. Há a



decisão política para que os membros partidários na CMO sejam motivados a apresentar emendas. Estamos numa fase já bastante derradeira do processo de consolidação da peça que será transformada em Orçamento para o ano de 2018.

Nós Deputados não membros da Comissão — eu já fui membro, mas o mandato é de 1 ano improrrogável — temos poder de pressão, é claro, inclusive nos nossos partidos, mas seria muito importante que os Líderes partidários assumissem esse compromisso.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - A proposta é muito boa mesmo. Acho que podemos colocar, na pauta da reunião de hoje com o Presidente Rodrigo Maia, a proposta de que S.Exa. convoque uma reunião do Colégio de Líderes para ouvir um grupo de representantes dessa comunidade. É uma excelente ideia, Deputado Edmilson!

Tem a palavra a Profa. Helena para a sua exposição.

A SRA. HELENA BONCIANI NADER - Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao sempre Ministro Celso Pansera, que realmente vestiu a camisa da ciência, tecnologia e inovação. O senhor passou pelo Ministério e nunca nos abandonou. Muito obrigada por continuar nessa luta!

Cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes. Cumprimento a querida Reitora, amiga da ciência e Deputada Margarida Salomão; o nosso Deputado Edmilson Rodrigues; e todas as autoridades aqui presentes.

Estou aqui hoje em nome da Academia Brasileira de Ciências, representando o Presidente Luiz Davidovich.

Trouxe alguns números aos senhores para uma breve análise.

(Segue-se exibição de imagens.)

Isso daqui é o que todo o mundo já sabe: somos líderes, com muita ciência, nas áreas de agricultura, aeronaves, biocombustível, celulose, doenças tropicais — está aí o zika —, entre outras.

Não vou ficar repetindo essas informações. Em vez disso, quero trazer dados que estão me preocupando. Esses aqui são dados que levantei no *InCites*, que é a base de dados mais restrita do *Journal Citation Reports* — *JCR*.



V.Exas. podem ver que a curva de crescimento de publicações brasileiras está estacionando. Na verdade, se fizermos um tratamento matemático, veremos que ano a ano o percentual de aumento cai. Chegamos agora a 0,9%. Ainda estamos em 13º lugar no *JCR*, porque eles avaliam um período de alguns anos. Por outro lado, na *Scopus*, nós já estamos caindo!

O pessoal não entende. Todo o mundo diz: *“Ah, estamos cortando, e vocês continuam produzindo”*. Estamos publicando o passado! Ciência não se faz da noite para o dia. É importante as pessoas entenderem isso.

Neste eslaide, vemos as diferentes áreas da ciência. Esse gráfico é bom para a análise do pessoal da agricultura, porque se percebe que, sem ciência, não haverá agricultura. Johanna Döbereiner fez uma descoberta que permitiu uma economia de 7 bilhões de dólares ao ano, com a fixação de nitrogênio. Essa professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro foi indicada duas vezes para o Prêmio Nobel. Foi ela quem sugeriu: *“Vamos pôr o rizóbio e, com isso, nós vamos economizar fertilizantes”*.

Então, é bom que a bancada da agricultura também veja que a ciência está em tudo! Nós temos que decidir que País queremos ser.

Eu não vou mostrar os dados da inovação, porque a Gianna vai mostrá-los, mas eu quero mostrar aqui os dados da Fundação Dom Cabral e do Fórum Econômico Mundial com relação à competitividade.

Vejam que beleza: o Brasil estava na 81ª posição, em 2016 — eu estou satisfeita. V.Exas. não estão? —, em meio a 140 países. Este País, que cortou recursos para a educação, estava em 75º, em 2015, no quesito competitividade; em 122º na educação; em 132º na educação primária. Este é o Brasil que nós queremos?

Em relação ao financiamento, o mundo continua financiando, e o Brasil está numa reta. Porém, o mais interessante é a queda: 8,4 bilhões de reais; 7,3 bilhões de reais; 3,2 bilhões de reais. Eu estou falando isso para V.Exas., que conhecem a situação.

Está aqui o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT. Vejam quanto há na reserva de contingenciamento! V.Exas. fizeram uma lei



que proíbe o contingenciamento, mas se pratica a reserva. É bom não nos esquecermos disso.

Este Orçamento saiu no final do ano passado, logo depois do Natal. A SBPC e eu fomos surpreendidos com aquela passada de mão nos recursos da Fonte 100 para a Fonte 900.

O Orçamento era de 15,6 bilhões de reais, dos quais 5 bilhões já eram reserva de contingenciamento. Sobram 10 bilhões. Desses 10 bilhões, 5,5 bilhões estão destinados a pessoal e a outras despesas obrigatórias — nada pode ser feito em relação a esses recursos. Sobraram 5 bilhões de reais. Cortaram mais 44%. O que nós temos de recursos destinados no Orçamento? Temos 3,2 bilhões de reais. Então, o corte é muito maior do que aquele que está sendo promulgado.

Esta fotografia mostra um artigo que saiu na revista *Nature*, em 7 de setembro, sobre a Alemanha, da Merkel, Doutora em Química. Os senhores se lembram de que, naquele país que parece estar dando certo, duas pessoas, por terem feito um pequeno plágio, foram retiradas do Ministério? Nós não podemos nos esquecer disso. Esse é o mundo lá fora.

Aqui estão os números que eles mostram: de 2005 a 2015, todos do primeiro mundo aumentaram os investimentos. Reino Unido, Chile, Estados Unidos, Alemanha, Japão e Coreia do Sul: é com este mundo que nós temos que competir.

Aqui está o gráfico que mostra a posição do Brasil em 2015 — é esta bolinha pequenininha —, com muito menos doutores e engenheiros do que precisa um país moderno e com investimento pífio em ciência. Aqui está a China, com a qual querem que o Brasil compita. Israel é um país continental gigante. Vejam quanto eles estão investindo! Eles não sabem o que estão fazendo. Precisamos mandar umas informações. Por que eles estão fazendo isso?

Ciência e tecnologia não é política de Estado. Os orçamentos variam conforme o ambiente macroeconômico e a visão particular do governante. Vejam que são cerca de 41 bilhões de reais contingenciados em 11 anos!

O Sr. Peregrino me desafiou e eu fui atrás dessas informações. Eu espero que ele traga mais dados ainda. Quero mostrar para os senhores esta pizza com os dados de 2015 — a pizza de 2016 ainda não saiu. São dados oficiais, que podem ser encontrados por qualquer um dos senhores na Internet.



De todas as nossas despesas, 31,6% são amortização da dívida; 8,7% são juros; 3,4% são demais despesas financeiras. A atividade-fim, para a qual Governo existe, corresponde a 5,8%, dos quais 1% é para a ciência.

Esse é o raciocínio que eu quero trazer para os senhores. Com esses resultados que eu mostrei, cabe a pergunta, pelo menos a mim, em relação à PEC do Teto, que deixou de fora a ciência e colocou um limite para saúde e educação.

Diante da justificativa de que o Brasil precisa da PEC do Teto para ganhar confiança do mercado, eu quero perguntar: qual é o mercado? É o especulativo ou o produtivo? É o de bens primários em estado bruto ou o de produtos de alta tecnologia? É baseado em mão de obra desqualificada com baixos salários ou é baseado em profissionais qualificados e bem remunerados?

Ontem à noite, eu assisti — recomendo a todos —, no programa *Milênio*, a uma entrevista com o homem que escreveu *A História das Profissões* — ele e o pai dele. Vale a pena ver. Aí é que nós vamos cometer *haraquiri*, porque não vai haver solução. Eu não estou brincando. É irreversível!

Antes de encerrar, quero dizer que nós estamos chocados! O Presidente Temer recebeu uma carta muito bem escrita por 23 Prêmios Nobel questionando o que está sendo feito com este País. Que eu saiba, houve zero de resposta! Aqui estão os nomes de todos os que assinaram essa carta. São ganhadores do Prêmio Nobel de Fisiologia, de Química, de Física. O que é um Prêmio Nobel? Querem que o Brasil ganhe, mas, na hora em que 23 ganhadores do Prêmio Nobel mandam uma carta em defesa da educação e da ciência, o País não dá resposta.

Para encerrar, cito reportagem do jornal *O Globo* de domingo que mostra que a falta de recursos para a manutenção prejudica laboratórios de ponta. Aqui mais uma vez vemos entrevistas com outros vencedores do Nobel colocando a crise.

Aí eu quero dizer que as universidades vão acabar, os institutos ligados ao Ministério vão acabar. A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial — EMBRAPA, diante da qual todos nós vibramos, vai implodir no ar, vai estourar. A linha de luz Sirius, fonte de luz síncrotron brasileira, que era o orgulho nacional, fronteira da ciência, já parou. Então, eu quero saber o que nós vamos fazer. Nem para plantar batata vai dar, porque, para plantar batata ou para plantar soja, nós vamos precisar de ciência.



Se vocês olharem, a África tem o mesmo território, o mesmo clima e o mesmo tipo de terra que tem o Brasil, principalmente a África do Norte, a Setentrional. A tecnologia que nós desenvolvemos pode ser aplicada lá, sendo que a África está mais perto da China do que o Brasil. Portanto, é mais barato mandar alimentos para a China via África. Então, é bom que se alerte que por aí nós também vamos ter problemas.

Desculpem-me por eu estar exaltada, mas a situação é grave. O Brasil está na contramão de qualquer País. Se olharmos os BRICS, vamos constatar que a África do Sul, que acabou de sair de um *apartheid*, está anos-luz na nossa frente quanto à inovação, à educação e à ciência, porque lá eles entenderam que — coisa da qual infelizmente nós não conseguimos convencer — educação e ciência não são despesas em países determinados a competir mundialmente, mas são investimentos.

E o Brasil ainda está no século XVIII. O século XXI é conhecido como a fase da economia do conhecimento. Nós estamos na contramão. Esse é o último alerta, porque vocês viram os últimos números — a situação ficou irreversível. Ou corrigimos o rumo do barco agora ou fazemos como estão fazendo nossos economistas, que já mandaram seus filhos para fora. Enquanto eram Ministros, muitos deles mandaram suas famílias morarem fora do País.

Então, é este o Brasil que queremos? É essa a pergunta que eu deixo.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Profa. Helena Nader. Essa eloquência tem razão de ser. Está corretíssima.

Gostaria de registrar a presença do Sr. Roberto Leher, Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ; do Sr. Marcelo Morales, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq; do Prof. Ronald Cintra Shellard, do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas — CBPF; do Sr. Augusto Gadelha, do Laboratório Nacional de Computação Científica — LNCC.

Eu pediria que todos que se inscrevessem encaminhassem as informações curriculares à Mesa, a fim de registrarmos a presença de todos os representantes dos institutos, para depois compormos a ata da reunião. Isso é importante para nós.

Obrigado a todos.



Eu passo a palavra ao Professor Ildeu Moreira.

O SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA - Bom dia a todos. Agradeço ao Deputado Celso Pansera, à Deputada Margarida Salomão.

Também quero fazer uma referência a Parlamentares importantes, que, por circunstâncias outras, não estão presentes, mas que sempre estão aqui, como o Deputado Izalci Lucas e os Senadores Jorge Viana e Lindbergh Farias, além de vários outros que estão sempre integrados à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, além dos membros desta Comissão que não estão presentes.

Quero ainda agradecer a presença de todos os institutos de pesquisas. Estão aqui representados muitos institutos de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Há diretores e representantes de outras instituições de pesquisa brasileira, como a FIOCRUZ e a EMBRAPA, além de vários outros.

Deputado, temos aqui a representação de cerca de 30 sociedades científicas afiliadas à SBPC e de mais umas 15 associações nacionais. Portanto, temos uma representação muito expressiva da comunidade científica brasileira neste momento crítico em que se está definindo o Orçamento do ano que vem. Nós estamos fazendo uma campanha muito intensa e vamos entregar hoje uma carta aos Parlamentares desta Casa expondo a situação dramática da ciência brasileira. A Profa. Helena colocou vários dos pontos essenciais. Portanto, vai ser muito importante nós também definirmos estratégias do que fazer neste momento.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou mencionar alguns aspectos. Essa é uma lista das instituições presentes. A SBPC tem 139 sociedades científicas afiliadas, todas elas integradas a este movimento. Elas assinaram essa documentação que nós estamos encaminhando ao Congresso Nacional.

No último mês, já enviaram cartas ao Presidente da República várias entidades nacionais como a Academia Brasileira de Ciências — ABC; a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC; a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES; o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação



— CONSECTI; o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa — CONFAP; e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Ciência, Tecnologia e Inovação — FNSDMCTI. Essas entidades enviaram três cartas ao Presidente da República colocando a situação dramática dos recursos para 2017 e fazendo um alerta para 2018. Então, o nosso foco hoje é exatamente o Orçamento de 2018, é sensibilizarmos os Parlamentares brasileiros sobre a importância desse recurso.

Eu não vou ler esta carta, mas ela vai ser distribuída para todos os Parlamentares desta Casa. Ela expõe a grave situação já apontada pela Profa. Helena em relação à proposta de Orçamento para 2018, na qual os recursos estão ainda mais baixos do que os de 2017.

Como foi mencionado, tivemos 3,2 bilhões de reais. Agora houve um descontingenciamento de 500 milhões de reais, ou seja, passou para 3,7 bilhões de reais. Mas o valor de descontingenciamento que estávamos reivindicando ao Ministério da área, que era de 2,2 bilhões de reais, foi ignorado. A justificativa é que, apesar de o Congresso ter aumentado o teto fiscal em 20 bilhões de reais, o Ministério do Planejamento fez o cálculo e concluiu que apenas 12,8 bilhões de reais poderiam ser revestidos para o Orçamento deste ano. Deste total, 500 milhões de reais foram para a área de ciência e tecnologia, dos quais 100 milhões de reais para o PAC e 400 milhões de reais aproximadamente para outros compromissos do Ministério, que são imensos.

Está aqui o Diretor do CNPq, Marcelo Morales. Ele sabe que, só para o CNPq fechar as contas neste ano, o valor significa mais ou menos esse montante que foi descontingenciado. Ainda há a Empresa Brasileira de Inovação e Pesquisa — FINEP, que também tem programas fundamentais. Também há os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, que estão paralisados. Esses institutos reúnem, digamos assim, os setores mais avançados da ciência básica no Brasil. Também há os institutos de pesquisa do Ministério, que têm vários diretores aqui presentes e que estão com dificuldade imensa de finalizar o ano com recurso de custeio básico.

Está aqui o Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi. Recentemente, nós vimos naquele museu uma manifestação muito expressiva em Belém, em função do



risco de se fecharem instituições de tamanho potencial, de grande reflexo para a sociedade, como é o Museu Goeldi.

Nós mencionamos nesta carta aquilo que a Helena já disse, que o Congresso Nacional tem de atentar para o fato de que a ciência brasileira já contribuiu profundamente para a economia brasileira.

O caso da agricultura é ímpar, a exemplo da EMBRAPA e das universidades públicas, que fazem com que o Brasil seja um dos campeões de produção agrícola no mundo, porque há muita ciência e tecnologia envolvida.

No caso da PETROBRAS, a descoberta e a exploração do pré-sal, que estão atingindo metade da produção brasileira, foram produto do trabalho dos cientistas, dos geólogos, dos engenheiros brasileiros nos últimos anos, apesar da descrença de muita gente. Hoje isso representa metade da produção brasileira, o que significa 60 bilhões de reais por ano. Vejam a comparação com os números que nós estamos reivindicando.

A EMBRAER é outra empresa fundamental ao avanço brasileiro, construída ao longo de décadas, que tem por trás a tecnologia e a ciência brasileira, que tem uma carta de intenção de compra da ordem de 20 bilhões de dólares.

Só esses três exemplos significam que os valores de que estamos falando de recomposição de recursos para o Ministério são muito pequenos diante desse quadro. E a justificativa que nos apresentam é que houve uma redução das receitas fiscais e, portanto, a necessidade de diminuir ainda mais o valor descontingenciado. Entretanto, vemos que, só neste ano, 284 bilhões de reais foram, de certa maneira, não recebidos como receita, por causa de desonerações fiscais. Vejam que o valor para a ciência e tecnologia é 0,5% das desonerações fiscais deste ano. É disso que nós estamos falando. Então, a justificativa de que não há recurso não cola, não pode ser aceita, não é convincente, porque, quando comparamos com outros números, eles são muito pequenos.

Portanto, para 2018, o cenário é catastrófico, porque o orçamento para este ano já é claramente insuficiente e, no ano que vem, está desenhado na PLOA o valor de 2,7 bilhões de reais. É o menor orçamento que temos em mais de 15 anos da ciência brasileira. O termo catastrófico eu acho adequado para expressar esse tipo de situação que nós viveremos.



Eu estou vendo o Marcelo Viana, Diretor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada — IMPA, que faz um trabalho belíssimo na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, a qual atinge 19 milhões de estudantes brasileiros — é a maior olimpíada do mundo —, realizando um trabalho de educação básica fundamental para a ciência brasileira. Neste ano, o tema da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia é *A Matemática está em tudo*. E nós queremos mesmo a matemática em tudo e para todos! Mas, no ano que vem, há o risco de não termos a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, porque não vai haver recurso.

Agora, se a Matemática está em tudo, está também nas contas que estamos aqui discutindo. É importante que discutamos com a população brasileira que esses números têm significado. Não são números frios; significam o trabalho, significam a ciência brasileira, significam a oportunidade de emprego e trabalho para milhões de jovens brasileiros, significam o avanço para este País. É disso que nós estamos falando. Então, se nós não conseguirmos sensibilizar os Parlamentares brasileiros, eu acho que o Brasil vai pagar um preço muito alto pelo que estamos vivendo neste momento.

A Helena já mencionou esses dados aqui. Eu coloquei apenas os dados relativos ao Brasil. Isto saiu na *Nature* recentemente: os recursos investidos em pesquisa em relação ao PIB dos países avançados do mundo. Há crescimento em todos eles. No Brasil, temos uma interrogação, porque nós atingimos 1,2% do PIB em 2013, mas agora nós não sabemos quanto será. Certamente esse número caiu, enquanto o investimento dos outros países está crescendo. Se compararmos os números brutos finais, veremos a disparidade de investimentos aplicados na ciência brasileira em relação a países inclusive muito menores do que o nosso.

Já mencionei as empresas e esse trabalho pioneiro. A Helena mencionou o sucesso da pós-graduação brasileira, da produção científica brasileira nos últimos anos, mostrando que temos capacidade de fazer isso. Recentemente saiu o relatório da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES. Essa era a distribuição dos cursos de pós-graduação em 1998. Agora, em 2017, a pós-graduação brasileira já percorre todo o território brasileiro. Certamente ela pode melhorar muito em qualidade, pode diminuir as desigualdades regionais, que são



ainda acentuadas, mas isso significa o trabalho de décadas feito pelos brasileiros, pelos professores universitários, pelos pesquisadores brasileiros.

Então, é motivo de orgulho nosso essa quantidade de estudantes de pós-graduação, de mestrado, de doutorado, de pós-doutorado. Mas eles estão arriscados, nos próximos anos, a não ter emprego, a não ter a possibilidade de trabalhar num laboratório e a ter de ir para o exterior. E esse risco não é pequeno, em função da situação grave que nós estamos vivendo neste momento.

A Helena já mencionou o nosso lugar na inovação, e isso vai ser mais explorado.

É importante lembrar que esta Casa, junto com a comunidade científica e empresarial, tomou uma decisão importante, em 2015, que foi começar a construir o marco legal, inclusive na Constituição brasileira. No entanto, está faltando a regulamentação, que deve sair nos próximos dias. Esse foi um esforço conjunto da comunidade científica, da comunidade tecnológica, dos gestores brasileiros, de muitos setores empresariais com visão mais ampla, que fizeram um esforço para fazer a constituição desse marco legal, cuja definição está sendo aguardada para os próximos dias.

A Helena já colocou os gráficos. Este é um gráfico recente do CBPF, que mostra decréscimo acentuado dos recursos para a ciência e tecnologia, que é o nosso drama, e onde vai parar aquilo. Porque, com a Emenda Constitucional nº 95, nós vamos ficar naquele patamar mais baixo por 20 anos. Isso, certamente, vai ser uma situação absolutamente dramática para a ciência brasileira.

Aqui está o caso do CNPq. O valor teve uma recomposição recente, mas vejam vocês também os números. Se pegarmos o CNPq, se pegarmos o FNDCT, é sempre, mais ou menos, esse tipo de padrão gráfico.

Eu também mencionei os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, destacando que 252 foram aprovados por comissões internacionais e só 101 estão sendo financiados, e mesmo assim parcialmente.

Eu lembro, em relação à questão das fundações de amparo à pesquisa dos Estados, que esse processo é uma cascata. Se o Governo Federal corta recursos para a ciência e tecnologia, isso se propaga por todos os Estados. Isso significa que um terço dos recursos para ciência e tecnologia que vem dos Estados e Municípios



também está seriamente afetado por essa política estreita, com visão muito miúda sobre a importância da ciência e da tecnologia.

Portanto, o orçamento da CAPES — que é outra questão importante — previsto para o próximo ano vai ser reduzido em 32%. A CAPES tem um trabalho fundamental na pós-graduação, tem um trabalho também muito importante na educação básica, com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência — PIBID, para alunos de licenciaturas, e, certamente, esses programas serão fortemente afetados se não houver uma reversão desse quadro na Educação Básica.

Este gráfico mostra o orçamento da CAPES dos últimos anos, que caiu significativamente.

A Helena tinha colocado, e eu também, dado o sentimento de orgulho e, ao mesmo tempo, de vergonha. Orgulho por 23 ganhadores de prêmios Nobel do mundo inteiro reconhecerem a importância da ciência brasileira e assinarem uma carta ao Presidente da República do País — o que não é comum — dizendo da importância da ciência brasileira e da importância de sua continuidade. No entanto, envergonha-nos reconhecermos que cientistas estrangeiros, de altos quilates, têm mais sensibilidade para a ciência brasileira que nossos governantes. Então, isso é algo que nos envergonha e que não pode continuar.

Eu acho que toda a nossa comunidade científica, acadêmica, enfim, a sociedade brasileira tem que tomar consciência do quadro gravíssimo que nós estamos vivendo e que não dá mais para postergar. Nós não podemos aceitar que os recursos para o ano que vem tenham esse nível, porque senão vamos abdicar da nossa capacidade de construir um país soberano.

Esse é o apelo que nós estamos fazendo. Há entrevistas, divulgadas recentemente, dos prêmios Nobel apontando sobre essa questão. Doze museus de história natural do mundo inteiro, os mais importantes do mundo, também fizeram uma carta em que expõem a preocupação com a ciência brasileira.

Eu gostaria de trazer por último uma reflexão. Este é o resultado de uma pesquisa do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos — CGEE, que lançamos este ano na reunião anual da SBPC. Trata-se de uma pesquisa feita com toda a população brasileira. De acordo com a pesquisa, 80% dos brasileiros são a favor do



aumento do recurso para a ciência e tecnologia, mesmo sabendo que o aumento ou a diminuição desse recurso significa que se poderá gastar menos em outras áreas.

Trata-se de uma pesquisa de âmbito nacional, que abrange todas as camadas sociais, com variações pequenas, e todos os níveis de educação. Os brasileiros dizem com clareza que é fundamental haver mais investimento em ciência e tecnologia.

Os representantes desta Casa são representantes do povo brasileiro. Então, eu chamo a atenção que os brasileiros estão apontando para essa direção. Essa é a nossa preocupação. Nós estaremos de olho também no ano que vem, ano eleitoral. Estaremos de olho em todos os Parlamentares, em todos aqueles que manifestarem aqui seus votos, para saber quem tem sensibilidade para a educação, para a ciência e tecnologia e para o País como um todo.

É fundamental que tenhamos essa preocupação de sensibilizar os Parlamentares. Hoje, às 15h, faremos um ato no Salão Nobre, onde 80 mil assinaturas serão entregues.

A nossa sugestão é para recompormos o orçamento para o nível que esta Casa votou pela primeira vez, em 2017, ou seja, na ordem de 6 bilhões. Depois disso, houve reduções — como a Helena mostrou — e finalizou no valor de 3,7 bilhões. Por que não restaurar o valor que esta Casa aprovou no ano passado, quando estava numa situação similar à de hoje? Acho que essa reivindicação pode ser mantida. Aguardaremos a sensibilidade dos Parlamentares desta Casa.

Eu tenho a certeza de que falo aqui em nome de todos os colegas, em nome das 139 sociedades científicas brasileiras de todas as áreas de conhecimento, que estão profundamente preocupadas com este momento. Estão aqui apostas para continuar nesta luta pela ciência e pela tecnologia brasileiras.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Ildeu.

Passo a palavra à Tatiana Roque, Coordenadora da Campanha Conhecimento Sem cortes.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Presidente Celso Pansera, enquanto a Tatiana se desloca, eu peço a V.Exa. que faça uma comunicação ao Departamento de Polícia Legislativa. Há uma grande quantidade de pessoas que



desejam participar desta audiência. Representantes da ANPG e de várias outras entidades estão retidos e não estão conseguindo entrar na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Deputada, eu fui lá resgatar a Gianna, que não estava conseguindo entrar. Se V.Exa. puder, dê um pulinho lá, para resgatar as pessoas... Eu peço ao pessoal do apoio que faça isso, por favor.

Com a palavra a Sra. Tatiana Roque.

A SRA. TATIANA ROQUE - Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de agradecer muito ao Deputado Celso Pansera por ter recebido aqui a Campanha Conhecimento Sem Cortes. Agradeço a todos os presentes, aos dirigentes de instituições científicas e aos Reitores.

Eu pedi para falar depois do Ildeu e da Helena porque acho que eles já mostram muito bem a importância da ciência e da tecnologia para um novo modelo de desenvolvimento para o futuro do Brasil. Mas temos um desafio específico, que é o de mobilizar a sociedade para esta causa. E não basta termos razão. É preciso trazer as pessoas para a defesa da causa da ciência e da tecnologia, das universidades públicas, do conhecimento como algo estratégico para o Brasil.

A nossa campanha investiu muito nessa estratégia. Eu acho que as formas usuais de mobilização muitas vezes estão desgastadas. Foi preciso inventar novas formas de mobilização, de sensibilização da sociedade para esta causa, mostrando, sobretudo, que esta não é uma causa corporativa, não é uma causa interna daqueles que fazem ciência ou daqueles que estão dentro da universidade, mas é algo importante para toda a sociedade. Talvez muitas vezes não consigamos estratégias para chegar até a sociedade, mas a nossa avaliação é que é fundamental o apoio da sociedade na defesa da causa da ciência e das universidades públicas.

Então, a Campanha Conhecimento sem Cortes partiu desta percepção, inventando algumas estratégias novas para poder sensibilizar a sociedade e mobilizar as pessoas para esta causa.

(Segue-se exibição de imagens.)

Uma dessas estratégias foi trazer visualmente o montante desses cortes. Instalamos alguns tesourômetros em algumas partes do Brasil: aqui em Brasília, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. E o tesourômetro mostra que, desde 2015, o



volume total dos cortes, juntando as universidades públicas, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e a CAPES, ultrapassa 12 bilhões de reais. Estamos perdendo 500 mil reais por hora. Ou seja, eu estou falando aqui há quase 2 minutos e nós já perdemos 16 mil reais, porque são 8 mil reais por minuto. Este montante é bastante estarrecedor.

A segunda linha de ação da campanha foi inventar formas de mobilização social que tragam a especificidade dessa comunidade. Trata-se de uma comunidade científica, uma comunidade universitária. As formas de mobilização precisam levar em conta a especificidade dessa comunidade. Então, organizamos marchas da ciência, levamos experiências para a rua, tentamos mostrar, através das redes sociais, o que nós fazemos dentro da universidade e que tem impacto direto na população — algumas das pesquisas já foram citadas aqui pelo Ildeu e pela Helena.

A terceira linha de ação é uma mobilização nas redes sociais. Hoje em dia é muito intensa a chamada guerra de narrativas nas redes sociais. Há muitos grupos liberais que participam intensamente dessa guerra de narrativas e, em alguns momentos, eu acho inclusive que acabam ganhando o debate, porque conhecem essa tecnologia e porque investem nessa tecnologia.

Precisamos urgentemente entrar de cabeça nessa guerra de narrativas, inclusive porque não há quem produza argumentos melhor do que nós. Então, nós também precisamos usar o conhecimento que temos para entrar na batalha discursiva em torno do financiamento público das universidades e da ciência e tecnologia.

Outro dia, aconteceu, por exemplo, uma situação bastante representativa do que eu estou querendo dizer. Foi feito, no *Jornal das Dez*, da *GloboNews*, uma matéria sobre a Campanha Conhecimento sem Cortes, com entrevistas com várias pessoas, inclusive comigo e com alguns diretores de institutos científicos. No final da reportagem, que foi muito boa, que mostrava o tesourômetro, etc., entrou o Carlos Sardenberg no estúdio dizendo para pararmos um pouco com esse chororô, porque, em países como Israel, em países que estão se desenvolvendo rapidamente, a pesquisa é feita com investimento privado.

Em primeiro lugar, sabemos, obviamente, que isso não é verdade. Em segundo lugar, sabemos — e muitos mostram isso, inclusive eu me lembro de uma



apresentação da Diana mostrando isso — que, para haver investimento privado, é preciso investimento público. Não existe investimento privado do nada. É o investimento público na ciência básica que gera a capacidade de inovação, que pode, no futuro próximo, gerar o investimento privado. Então, essa dicotomia também é completamente falsa. Mas é ele quem dá a palavra final da bancada do jornal. Como é que reagimos a isso?

É preciso, urgentemente, escrevermos artigos. Eu mesma escrevi e publiquei no Nexo, com o meu companheiro Carlos Frederico Rocha. Outras pessoas também escreveram. Mas essa é uma batalha em que precisamos investir mais. E foi esse um pouco o objetivo da nossa campanha.

Nós trazemos hoje um dos produtos finais dessa campanha, que é uma petição. Nós recolhemos assinaturas nas redes sociais, com essas estratégias de mobilização; e nas Marchas pela Ciência, em eventos presenciais. Conseguimos ultrapassar a meta. Temos 82 mil assinaturas. Para vocês terem uma ideia da quantidade de assinaturas, são esses quatro volumes aqui, que nós pretendemos entregar, hoje à tarde, para Deputados e Deputadas, especialmente para o Presidente Rodrigo Maia. (*Palmas.*)

Isso foi para falar um pouco da Campanha, mas eu gostaria de aproveitar a oportunidade para abordar outro assunto. Já que o Ildeu e a Helena falaram muito bem da situação e da importância da ciência, eu queria dar uma ênfase também à situação das universidades públicas e à centralidade das universidades públicas para essa causa da ciência.

Em primeiro lugar, não podemos esquecer que a ciência básica — que é aquela que pode gerar inclusive desenvolvimento tecnológico e inovação para ter outros tipos de investimento — é feita, sobretudo, nas universidades. O caso de Israel é paradigmático. Depois dessa reportagem que eu citei, eu li alguns relatórios sobre Israel — por exemplo, o da UNESCO — que mostram que o modelo de desenvolvimento daquele país hoje precisa ser modificado, porque as áreas que mais podem gerar inovação no futuro não são mais informática e comunicação — que são aquelas nas quais Israel é forte —, mas, sim, biologia molecular, nanotecnologia, ou seja, áreas que são de ciência básica, desenvolvidas em universidades. Justamente porque Israel não investe tanto nessas áreas, ele poderia



ficar para trás. Isso está no UNESCO Report para a educação e para a ciência. Ciência básica é feita na universidade. Então, não temos como nos esquecer do investimento nas universidades.

Em segundo lugar, é claro que é nas universidades que podemos hoje formar uma elite que seja representativa da sociedade brasileira, não só para a ciência, mas também para as outras áreas. Hoje a universidade é um local de diversidade, de mobilidade social. Muitas pessoas que estão nas universidades hoje são as primeiras da família a frequentar esse ambiente. Em um País tão desigual quanto o Brasil, isso é um bem que não podemos perder. Em último lugar, o desenvolvimento de regiões. Hoje as regiões onde existe uma universidade pública são bastante dinamizadas. A própria economia local é dinamizada pela presença das universidades.

Então, o Brasil hoje conseguiu atingir um patamar de democratização, de expansão, de interiorização das universidades públicas, o que torna irreversível a necessidade de investimentos públicos nessas instituições, tanto para a diversidade social, para a manutenção do combate às desigualdades, quanto para a produção de ciência básica que possa gerar um novo modelo de desenvolvimento para o País.

É claro que, para mantermos isso e pressionarmos por mais investimentos públicos, é preciso justificar que é o investimento público que pode financiar a manutenção desse modelo. Eu parti, então, da pesquisa feita pela ANDIFES com dados de 2014, que mostra a distribuição de renda dos estudantes das universidades federais hoje.

Vemos na faixa azul que apenas 10% desses estudantes ganham mais de 10 salários mínimos como renda familiar bruta. Isso quer dizer que não devemos defender a cobrança de mensalidades, como toda a mídia defende hoje. Há editoriais, todos os dias, no jornal *O Globo*, na *Folha de São Paulo*, no *Estadão*, defendendo a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, como se isso fosse resolver. Estão aí os dados. Isso não vai resolver o problema.

Caso nós cobrássemos mensalidade só de quem pode pagar, essa arrecadação seria absolutamente irrelevante frente ao orçamento da universidade e, ainda por cima, geraria uma diminuição desses espaços de convivência, que são tão



importantes hoje no combate às desigualdades, para que as diferentes classes sociais possam frequentar um espaço público comum.

Então, eu acho que esse é um ponto que justifica que precisamos entrar na tal guerra de narrativas, para desmontar os dados que são muitas vezes falsamente veiculados pela mídia, que divulga que as universidades públicas são frequentadas pela elite. Hoje isso não é verdade, e esses dados mostram isso muito bem.

Para terminar, eu queria falar de alguns desafios que nós temos pela frente. É verdade que, para poder pensar em um modelo de financiamento público para as universidades, precisamos reconhecer que temos alguns desafios. Há algumas tarefas que nós precisamos fazer melhor. Por exemplo, precisamos melhorar a gestão e os instrumentos de avaliação, que já temos e que, no caso da pesquisa e da pós-graduação, já funcionam, mas que precisam, talvez, ser ampliados para outras áreas; maior integração com a sociedade e com empresas para sugerir novos modelos de desenvolvimento, inovação, apontando para o século XXI; aumentar o papel das universidades na resolução de problemas crônicos do País, como o da educação básica.

Outro argumento que hoje em dia é muito utilizado pelo campo liberal é que se investe dinheiro demais nas universidades e de menos na educação básica. Essa dicotomia é outra falsificação, porque quem pode ajudar a melhorar a educação básica são as universidades. Há programas hoje de grande sucesso — fico feliz que o Marcelo Viana esteja aqui —, realizados pelas universidades, por institutos de pesquisa, como o IMPA, para a formação de professores de Matemática, que só podem ser feitos por quem está na universidade e por quem pesquisa o ensino de Matemática.

Então, essa é outra dicotomia falsa. Mas eu acho que as universidades têm, sim, que trazer para si alguns desses desafios, porque só a partir da universidade nós podemos vencer.

Então, ainda que esses sejam itens que nós podemos melhorar para que possamos ter maior financiamento público nas universidades, nós não podemos abrir mão do investimento público. Devemos enxergar esse investimento público, tanto na universidade, quanto na Ciência e Tecnologia, como prioridade absoluta.

Obrigada. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Profa. Tatiana.

Peço ao pessoal da assessoria da Mesa que registre a carta enviada aos Parlamentares brasileiros, entregue pelo SBPC e pelas demais entidades. É um pouco extensa, não vou lê-la, mas peço que seja registrada nos autos.

Também queria ver com os Parlamentares presentes se desejam falar agora ou se preferem falar depois. Querem falar depois? (*Pausa.*) Então está bem.

Quero registrar também que estiveram aqui os Deputado Franklin, Arolde de Oliveira e Edmilson Rodrigues. O Presidente desta Comissão, Deputado Paulo Magalhães, vai chegar daqui a pouco e vai dar uma palavra a esta Comissão.

Informo que pode ser usado o microfone da bancada ou o microfone de mão.

O próximo a falar é o João Carlos Gomes, representando o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação — CONSECTI.

Ele não chegou ainda?

O SR. ALBERTO PEVERATI - Não, mas eu estou representando-o nesta reunião. Meu nome é Alberto e sou Secretário Executivo do CONSECTI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Está bem.

Com a palavra o Sr. Alberto Peverati.

O SR. ALBERTO PEVERATI - Sr. Presidente Deputado Celso Pansera, demais representantes da Mesa, em nome da nossa Presidente Francilene Garcia, que também é uma defensora do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, eu gostaria de ressaltar o que foi colocado pela Profa. Helena, no que diz respeito ao desmonte do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

No passado, por conta de uma Frente feita pelo Prof. Lynaldo, na época do CNPq; e pelo Prof. Landi, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo — FAPESP, nós criamos nos Estados os Sistemas Estaduais de Ciência e Tecnologia, que, com exceção da FAPESP, tinham um papel complementar ao Sistema Nacional. Ou seja, as fundações foram criadas em cima de recursos, fontes de renda do próprio ICMS local, para o desenvolvimento local.

Com a diminuição de recursos por parte do Governo Federal, os Estados também estão seguindo essa mesma linha, num modelo de desmonte. Do número de Secretarias de Ciência e Tecnologia, que chamamos de puro-sangue, que havia



antigamente, hoje restam somente 11 Secretarias, porque foram fundidas com desenvolvimento, turismo, meio ambiente, recursos hídricos, etc. A ciência e tecnologia se tornou algo marginal dentro dos Governos Estaduais. Isso é uma situação preocupante, porque reflete nas Fundações de Amparo à Pesquisa — FAPs.

As FAPs, como executoras de políticas e também detentoras da função complementar na formação de políticas de ciência e tecnologia na esfera estadual, estão sentindo essa diminuição de recurso e, por consequência, não estão conseguindo sustentar o sistema local de ciência e tecnologia. O Governo Federal financiava, e nós ajudávamos de forma complementar; agora, estamos assumindo esse papel de sustentar o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia. Os Governadores também acham isso injusto. Eles não têm capacidade de sustentar, porque também existem as universidades estaduais. A UERJ é símbolo, por conta da proximidade da Rede Globo, mas há outras universidades. O nosso colega da ABRUEM também pode exemplificar depois, porque as universidades estão em situação de extremo desmonte.

Então, isso também é uma situação preocupante. Eu gostaria que a Tatiana também, em relação ao corte de recursos para a ciência, colocasse os orçamentos estaduais, porque também estamos sofrendo com esses cortes.

Os Institutos Estaduais de Ciência e Tecnologia, mesmo poucos, têm papel representativo dentro do sistema como indutor da inovação no âmbito local. Então, os Estados têm esse papel indutor. Entramos nessa luta também com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial — EMBRAPA. E essa informação de diminuição e talvez de distinção da EMBRAPA preocupa-nos, porque é também papel dos Estados a indução local de inovação, principalmente para o desenvolvimento e a sustentabilidade das suas políticas industriais. O SENAI CIMATEC é o melhor exemplo que temos de desenvolvimento e de inovação local. Essa sustentabilidade veio de uma parceria entre o Governo Federal e o Estado, que induziu as empresas dentro de uma política industrial local.

É de extrema importância, Srs. Deputados, que seja colocado aqui que os sistemas estaduais, que têm importância tanto quanto o sistema federal, também estão sofrendo em consequência da diminuição de recurso.



Também ressalto, em relação à Rede Nacional de Pesquisa — RNP, que hoje estamos num processo de expansão das universidades. Temos um projeto recente, o Projeto Veredas Novas, criado em parceria com a própria RNP, de expansão dessa rede nos Estados, para o desenvolvimento de ciência e tecnologia. Mas, em razão dessa retração de orçamento, o pacto feito com o Governo fica em aberto, ou seja, a expansão dessa segunda fase do Veredas Novas se torna uma incógnita.

Eu gostaria de ressaltar esses pontos e colocar também, para a memória de todos, o Programa Ciência sem Fronteiras. Na época, foi dito que o dinheiro investido nesse programa era um dinheiro novo, mas, na verdade, o dinheiro investido nos jovens participantes desse programa era da ciência e tecnologia. Esses jovens voltaram de universidades de ponta no exterior e de outras de características duvidosas. Porém, voltaram para o País com a promessa de serem encaixados onde? Na indústria, que está sofrendo uma retração muito grande? Para onde eles vão? Para as universidades, onde há um enxugamento das estruturas? Então, a volta desses alunos é uma incógnita também. O que eles vão fazer agora? Investiu-se um grande volume de recurso, que era para a ciência e tecnologia, no preparo desses estudantes, mas agora, retornando para o País, o que esses estudantes vão fazer? Aí fica a incógnita. Com certeza, as universidades de ponta observaram os estudantes que se destacaram no Programa Ciência sem Fronteiras. E, na verdade, passando o período de permanência no País, eles vão voltar para lá. Ou seja, vamos ter outra exportação de cérebros no País.

Enfim, era esse o recado que eu gostaria de dar. Agradeço, em nome do Conselho de Secretários de Ciência e Tecnologia, pela participação nesta importante audiência.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Alberto.

Aos poucos vou registrando a presença dos representantes de instituições. Neste momento, registro a presença dos seguintes representantes: Fabrício Campos, da Sociedade Brasileira de Virologia; Lia Zanotta Machado, Presidente da Associação Brasileira de Antropologia e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — ANPOCS; Micheline Silva, da Sociedade Botânica do Brasil; Guilherme José da Silva e Sá, Presidente da Associação



Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias; Fernanda Ribeiro, da FINEP; Denise Neddermeyer, da EMBRAPA; Helder Queiroz, do Lar do Mamirauá; Angela Targino Silva e Lucivaldo dos Santos, da FASUBRA; Luiz Renato de França, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — INPA; Marcelo Viana, do Instituto de Matemática Pura e Aplicada — IMPA, do Rio de Janeiro; Cássio Laranjeiras, da UnB e da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciências — ABCMC; Edson Watanabe, Diretor da COPPE, da UFRJ; Ministro Carlos A. F. França, chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia do Itamaraty — obrigado pela presença —; João Alexandre R. G. Barbosa, da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular — SBBQ; Iêda Caminha, Vice-Diretora do Instituto Nacional de Tecnologia — INT, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações — MCTIC; Pedro Athayde, da Diretoria Nacional do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte — CBCE; Bernardo Alvarenga, Secretário da Sociedade Brasileira de Eletromagnetismo Aplicado — SBMAG.

Quero registrar a presença do Deputado Jefferson Campos. A Deputada Luciana Santos, Presidente Nacional do PCdoB, está pedindo a palavra. Os demais Deputados que quiserem usar a palavra... (*Pausa.*) Então, passarei para o próximo expositor.

Tem a palavra, representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior — ANDIFES, o Reitor Emmanuel Zagury Tourinho.

O SR. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO - Bom dia!

Começo saudando o Deputado Pansera, a Deputada Margarida Salomão, todos os demais Parlamentares aqui presentes, militantes da ciência e tecnologia. Eu vou tentar não ser repetitivo, mas será inevitável tocar em alguns pontos já mencionados.

O País depende de ciência e tecnologia para garantir um desenvolvimento econômico e social à altura das aspirações da nossa sociedade. E nós vivemos um momento em que esses investimentos vêm sofrendo quedas sucessivas.

Há um problema que é de política econômica geral do País. A PEC 95 não está a favor do desenvolvimento econômico e social do País. Ela funciona para aumentar os ganhos do mercado financeiro. Enquanto essa PEC estiver vigorando,



nós teremos cada vez menos recursos para as políticas públicas e mais transferência de recursos públicos para o mercado financeiro. A curva que foi apresentada aqui será apenas agravada a cada ano.

Então, há uma necessidade urgente de a sociedade brasileira se mobilizar e de as lideranças políticas deste País assumirem a responsabilidade de mudar esse cenário, essa política econômica que é perversa com a nossa sociedade, com as aspirações da nossa população.

Há também um problema de prioridades, que ficou muito evidente na recente distribuição dos recursos acrescidos à conta da União com a elevação do déficit. Dos 20 bilhões de reais autorizados pelo Governo, só 12,8 bilhões de reais foram colocados à disposição dos Ministérios. Desses 12,8 bilhões de reais, apenas 440 milhões de reais foram para ciência e tecnologia e apenas 550 milhões de reais foram para a educação, quando o Ministério da Educação tem mais de 4 bilhões de reais contingenciados. Enquanto isso, foi destinado mais de 1 bilhão de reais para o Ministério dos Transportes, mais de 1 bilhão de reais para o Ministério das Cidades, 2,5 bilhões de reais para o Ministério da Defesa, e por aí vai.

Então, é muito claro que, além de termos uma política econômica que não está a serviço da sociedade e não trata como prioridade educação, ciência e tecnologia, há também uma decisão do Governo de agravar ainda mais a situação criada com esta PEC 95.

Muitos têm apontado a relação entre a ciência e a economia do País. Há vários exemplos, e esses todos que nós citamos são somente os mais evidentes. Na verdade, as universidades e os institutos de pesquisa estão permanentemente atendendo a sociedade em todos os setores, para desenvolver soluções que sejam baseadas no conhecimento e que representem ganho em riqueza e renda para a nossa população. E a ciência não funciona sem que exista estabilidade de políticas e de investimentos. Nós não conseguiremos nos manter na fronteira do conhecimento, ora tendo recursos, ora não tendo. Vai custar muito mais caro ao País daqui a alguns anos voltar à condição em que ele se encontrava há 2 anos. Os resultados que nós ainda temos de produção científica são velhos. A nossa posição hoje já é muito pior do que foi apresentada aqui e será muito pior nos próximos 3 anos, 4 anos, por conta do que está acontecendo hoje. O que nós estamos



decidindo aqui é: como nós estaremos daqui a 4 anos, 5 anos, se conseguirmos mudar o cenário de hoje.

Mas talvez a sociedade brasileira não tenha a clareza de que estes ganhos econômicos também não sobrevivem sem estabilidade do investimento em ciência e tecnologia. A nossa indústria de petróleo e gás não será mais competitiva daqui a 5 anos, a nossa produção de alimentos não será mais competitiva daqui a 5 anos. Todas as áreas vão pagar um preço por isso, e nós precisamos pensar nisso agora. Alguns anos já estão perdidos pelo que foi feito até aqui. Nós já estamos discutindo o que vai acontecer mais adiante.

O sistema de ciência e tecnologia é alimentado pelos recursos que vêm diretamente dos orçamentos de ciência e tecnologia e também pelos recursos que são investidos no sistema de universidades públicas, que é onde se realiza a maior parte da ciência nacional. E as nossas universidades vêm sofrendo os mesmos cortes, os mesmos contingenciamentos.

Preciso aqui dar alguns números para que os Srs. Parlamentares e a população tenham clareza do que está acontecendo. Nós perdemos, de 2014 para cá, 20% dos recursos de custeio das universidades e 50% dos recursos de investimento, em termos orçamentários, porque, dos 50% que sobraram, nós só temos disponíveis, em 2017, 60%, ou seja, nós estamos trabalhando, em 2017, com 30% dos recursos de investimento que nós tínhamos há 3 anos, e a proposta orçamentária para 2018 até agora é zero de recursos para investimento.

Portanto, esse sistema, que é tão fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País, não terá o oxigênio de que precisa para sobreviver nem via orçamento de ciência e tecnologia nem via orçamento das universidades públicas, que é onde acontece a pesquisa científica e tecnológica.

O sistema de universidades públicas federais hoje representa 50% do sistema nacional de pós-graduação. Nós formamos mais da metade dos mestres e doutores do País — mais da metade — e produzimos mais da metade da ciência nacional. No entanto, estamos sendo asfixiados financeiramente. Já temos hoje diversos laboratórios paralisando atividades, diversos grupos de pesquisa sendo desmontados, diversos projetos sendo abandonados. Não conseguiremos mudar esse cenário se não houver um grande esforço deste Congresso para mudar o



Orçamento de 2018. Nós não podemos aceitar que esse sistema, que leva inclusão, cidadania, que promove a soberania do País, produzindo conhecimento, ciência de ponta, seja colocado numa condição de colapso. Não há alternativa para manter esse sistema, a não ser o financiamento público.

Não é verdade que as nossas universidades custam mais caro do que universidades de outros países. O custo do nosso ensino é mais baixo do que a média do custo dos alunos nos países da OCDE — Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico, e, mais do que isso, nós temos um perfil socioeconômico em que quase 80% dos nossos alunos vêm de famílias com renda bruta *per capita* de até dois salários mínimos.

A ANDIFES fez um estudo mais recente sobre como seria a possibilidade de financiar uma universidade com cobrança de mensalidade.

Para cobrir apenas 30% do orçamento das universidades — apenas 30% — seria necessário que cada aluno deixasse na universidade 25% da renda bruta familiar. Uma família que tivesse dois alunos teria que deixar 50% da sua renda bruta para cobrir 30% apenas do orçamento da universidade.

Então, isso não é solução para universidade. A ideia de cobrar mensalidade tem uma única função: tirar da universidade o aluno de baixa renda. É unicamente para isso que ela funcionaria.

O argumento de que os ricos deveriam pagar seria mais bem servido por uma lei deste Congresso que taxasse as grandes fortunas e destinasse esses recursos para a educação pública. (*Palmas.*)

Para finalizar, eu gostaria de reiterar a expectativa do sistema de universidades públicas federais de que este Congresso, compreendendo a importância que o sistema tem para o desenvolvimento econômico e social do País, efetivamente altere o orçamento das instituições para garantir o seu pleno funcionamento no ano de 2018.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Reitor Emmanuel Tourinho.

O Presidente Ildeu lembrou aqui que foram feitas duas solicitações ao Ministro Kassab e ao Governo Federal para que reúna o Conselho Nacional de



Ciência e Tecnologia. Esse seria um bom momento para debater com a área econômica do Governo a questão orçamentária.

Acho que isso também pode compor, Ildeu, a nossa pauta à tarde com o Presidente Rodrigo Maia. Eu me comprometo a apresentar aqui na Comissão um requerimento solicitando ao Ministro de Ciência e Tecnologia que ele chame o Conselho. Vamos assumir este compromisso aqui. Faremos esse requerimento, que será debatido e aprovado aqui na Comissão na semana que vem.

Cito também a presença da Tamara Naiz, Presidente da ANPG — Associação Nacional de Pós-Graduandos; Ana Tereza de Vasconcelos, do conselho da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e do LNCC — Laboratório Nacional de Computação Científica; Marco Antônio Moreira, do Instituto Butantan; Ricardo Figueiredo, da Associação de Pesquisadores, Empresários e Gestores em Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal; Carmen Silvia, da Sociedade Entomológica do Brasil; Raul Laumann, também da Sociedade Entomológica do Brasil; Felipe Ponciano, da EMBRAPA; Eduardo Romano, da Sociedade Brasileira de Genética e Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa Agropecuária; Nelson Simões, Diretor da RNP — Rede Nacional de Ensino e Pesquisa; Félix Andrade da Silva, da ABIPTI — Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação; Mário Scheffer, da ABRASCO — Associação Brasileira de Saúde Coletiva; Lícia Isaías, da SBPC do Rio de Janeiro; Eduardo Raupp, da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Ronald Shellard, da CBPF — Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas; Augusto Gadelha, do LNCC — Laboratório Nacional de Computação Científica de Petrópolis; Aldo Jose Gorgatti Zarin, da Sociedade Brasileira de Química; Marcos Gomes Eleutério da Luz, da Sociedade Brasileira de Física; Fernanda, do Fórum de Ciências Humanas; Eduardo Janot Pacheco, da Sociedade Astronômica Brasileira; Marcos Formiga, da Associação Brasileira de Educação a Distância; Roberto Muniz, da Associação dos Servidores do CNPq; Ana Tereza Vasconcelos, do Laboratório Nacional de Computação Científica; Maria José Pontes, Presidente da Sociedade Brasileira de Microondas e Optoeletrônica — SBMO; Paulo Atsushi Suzuki, Secretário da Associação Brasileira de Cristalografia.

Sejam todos bem-vindos. Obrigado pela presença.



A próxima fala será de Gianna Cardoso Sagazio, Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria — CNI.

A SRA. GIANNA CARDOSO SAGAZIO - Bom dia. Eu gostaria de agradecer ao Ministro Pansera e de saudar a Helena, o Ildeu, a Tatiana e todas as pessoas que estão engajadas neste movimento pela valorização da ciência, tecnologia e inovação e da educação no Brasil, para que possamos, de fato, ter um País desenvolvido.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou procurar falar rapidamente sobre o tema com a nossa visão. Muitos de vocês já conhecem, mas eu vou repetir aqui um dado que a Helena já mostrou, que é a posição do Brasil no Índice Global de Competitividade, documento do *World Economic Forum*, chamando atenção para o fato de que existe uma queda nessas posições. Nós tivemos uma queda de 25 posições nesse relatório. Isso é gravíssimo. No relatório do *Global Innovation Index*, o Índice Global de Inovação, que é feito pelo Instituto Europeu de Administração de Empresas — INSEAD, pela Universidade Cornell e pela WIPO, a agência das Nações Unidas de propriedade intelectual, nós ocupamos o 69º lugar em um *ranking* de 127 países — também mostramos aqui uma queda de 22 posições nos últimos 6 anos.

Há um dado desse relatório que é, eu diria, assustador, porque, se nós analisarmos a eficiência em inovação, que é como o Brasil está convertendo os insumos de inovação em produtos, estamos em 99º lugar em 127 países.

Nós estamos estudando profundamente esta metodologia, até para entender como podemos contribuir para melhorar a nossa posição no *ranking*. Existem algumas ações que nós podemos fazer, como, por exemplo, enviar dados atualizados. Infelizmente, nós não temos a produção dos indicadores atualizados — já começa por aí. Então, nós já entramos em desvantagem. Mas, mesmo que apresentemos dados atualizados, acabamos numa posição que não é compatível com o tamanho da economia do Brasil. Nós ainda somos a 9ª economia do mundo — dados do Fundo Monetário Internacional —, temos um setor empresarial sofisticado; temos uma academia supercompetente, produzindo ciência de altíssimo nível; temos excelentes recursos humanos no País. Então, existe um problema muito sério aqui e precisamos aprofundar e ver como reverter isso.



Aqui (*mostra gráfico*) vemos dados do dispêndio em pesquisa e desenvolvimento. Estamos mostrando o quanto o setor empresarial tem investido em pesquisa e desenvolvimento, porque, às vezes, ouvimos algum comentário no seguinte sentido: “Ah, mas o setor empresarial investe menos do que o Governo”. Não é bem assim. Eu acho que nós estamos juntos, somos convergentes. O setor empresarial reconhece a importância da academia e vice-versa. O que estamos buscando é nos inteirarmos cada vez mais.

É importante também desconstruir algumas falas, até para centrarmos o foco no que realmente é fundamental. O que nós estamos ressaltando aqui é a necessidade de investimentos de verdade nessa área, porque não faz sentido estarmos aqui anos consecutivos batalhando para recompor orçamentos e ficarmos sustentando o mínimo. Nós deveríamos ser mais ousados e buscar avançar, desconstruindo a fala de que o setor privado não investe em pesquisa e desenvolvimento. Não é isso o que está demonstrado aí.

Estes dados (*mostra gráfico*) a Helena também já mostrou. Nós temos um investimento muito, muito baixo se comparado ao de outros países desenvolvidos. Israel foi citado aqui. Eu, coincidentemente, recebi uma apresentação do Ministro de Israel falando sobre a política deles na área de inovação. Eles investem 4,4% do PIB em pesquisa e desenvolvimento.

Existe uma prioridade nesses países todos que estamos vendo aqui: Coreia, Japão, Alemanha, Estados Unidos, França, China. Há outros que poderiam estar incluídos nesta lista, como Israel e Inglaterra. Esses países são os que se encontram nas melhores posições nos *rankings*. Poderíamos ter citado outros *rankings*, o Doing Business, por exemplo. O Doing Business mostra que o Brasil tem um ambiente para negócios que não é favorável, que está muito aquém do que ele deveria ter.

Então, esses países todos reconhecem que a inovação — quando falamos de inovação estamos falando de ciência e tecnologia também, porque a inovação não existe sem a ciência e a tecnologia — é a estratégia para gerar desenvolvimento e prosperidade. Não existe outra forma. Ela não se cria do nada. Para isso, tem que haver trabalho de qualidade, prioridade por parte do Governo e investimentos, sim, do Estado.



Aqui (*mostra gráfico*) mostramos, mais uma vez, o Brasil na contramão do mundo. Vemos a alocação de recursos que é feita por países inovadores. Então, selecionamos aqui o Brasil, a Coreia do Sul e os Estados Unidos, mostrando exatamente como é feita essa alocação por objetivo socioeconômico. Está aí a comparação que também ilustra essa questão.

Aqui estamos apenas mostrando os instrumentos de apoio às empresas, como bolsas que, infelizmente, ainda estão vetadas. No nosso caso, acho que todos sabem, no dia da aprovação do novo Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, surpreendentemente, foram colocados vetos às bolsas. E isso é uma situação...

Outros instrumentos de apoio às empresas: crédito, uso do poder de compra, encomendas tecnológicas, incentivos fiscais, subvenção econômica. Vocês sabem quanto existe hoje de subvenção econômica no Brasil, a nona economia do mundo? Alguém arrisca? Eu vou dizer: 30 milhões de reais. Nós sabemos que os investimentos têm que ser feitos numa carteira, numa composição, exatamente para fazer essa alavancagem. Assim, 30 milhões de reais não contribuem para melhorar a economia do Brasil em nada.

Esses instrumentos que nós listamos são amplamente utilizados não apenas nos países desenvolvidos, mas nos países que estão à nossa frente nesses *rankings* que temos mencionado, porque são instrumentos que já foram testados durante décadas, e, comprovadamente, dão uma dinâmica à economia.

Eu botei no cantinho uma referência ao MEI Tools, só para chamar a atenção de vocês. O MEI Tools é uma publicação da Mobilização Empresarial pela Inovação — MEI. Nós temos hoje 16 instituições. Muitas delas estão aqui, como a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial — EMBRAPA e outras. Nós temos reuniões regulares e apresentamos, nesta publicação, todos os instrumentos de apoio financeiro a projetos de inovação que existem e que têm dinheiro. Então, a cada reunião do Comitê de Líderes da MEI, nós atualizamos essa publicação e combinamos entre nós que só entram os instrumentos que existem e que têm dinheiro. Isso tem tido uma repercussão muito boa, porque ele mapeia todo o nosso ecossistema de inovação, mas nós continuamos nos aprimorando e pretendemos fazer um trabalho também em âmbito estadual, mapear os FAPs, mapear os bancos



de desenvolvimento estaduais. Eu os convido a consultar essa publicação. Estamos abertos a receber contribuições.

Apesar de esse cenário ser muito preocupante para o nosso futuro, nós temos oportunidades. Então, para quem não conhece, a Mobilização Empresarial pela Inovação conta com o engajamento das principais lideranças empresariais do País, com o objetivo de contribuir com o Governo, trabalhar junto com o Governo e a academia para buscar maior efetividade nas políticas de inovação no País e também aumentar a competitividade da empresa, por meio da incorporação de inovação em suas estratégias — ou seja, ajuda as empresas a inovar mais.

Aproveito para mencionar um estudo que estamos fazendo, chamado *Indústria 2027: Riscos e Oportunidades para o Brasil diante das Inovações Disruptivas*. Esse estudo está sendo conduzido junto com a academia, a UNICAMP, a UFRJ e várias outras instituições. Estamos estudando inovações disruptivas e setores produtivos. Qual é o impacto dessas inovações nos setores? Como as empresas e o setor produtivo precisam se preparar para enfrentar questões como o tipo de emprego que vai deixar de existir, as necessidades no futuro, o perfil exigido e o tipo de investimento?

No contexto das novas tecnologias para a geração de riquezas, estão a nanotecnologia, os materiais avançados, o armazenamento de energia, a produção inteligente e conectada etc. Percebe-se que a produtividade sistêmica é cada vez mais determinante para a competitividade. Pretendemos inclusive dar essa contribuição ao novo Governo, no sentido de orientar políticas. Acreditamos nas políticas, achamos que são importantes e vamos dar nossa contribuição técnica.

Este eslaide faz parte de uma apresentação que o Marco Stefanini, Presidente da Stefanini, fez na MEI. Apresenta uma curva da Internet das Coisas, com o período para massificação. A maioria das tecnologias de Industrial Internet of Things — IloT é extremamente imatura e não atingirá a maturidade, a maior parte delas. Apenas 27% desses projetos de Big Data obtêm sucesso.

Então, quais são as oportunidades? Adotar uma estratégia de longo prazo que trará um diferencial competitivo para o País e incorporar nas organizações a cultura de adoção de novas tecnologias disruptivas.



Trouxemos esse eslaide porque conhecemos o estudo que está sendo feito pelo BNDES nessa área, com a participação muito ativa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações — MCTIC. Nós acreditamos que essa é uma oportunidade, desde que possamos ter políticas e instrumentos.

Trouxemos um pouquinho do que algumas empresas brasileiras que são participantes da MEI têm em termos de inovações, inovações disruptivas, e como isso já está incorporado nos negócios. Eu não vou ficar lendo. Isso vai ficar à disposição de vocês. Essas empresas inclusive têm presença internacional, têm centros de pesquisa fora do Brasil, estão ocupando o mercado internacional e estão ligadíssimas no que está acontecendo no resto do mundo.

Estas são instituições ou empresas internacionais que participam da MEI. Quanto à Singularity, este ano nós trouxemos seu Presidente para o congresso de inovação, dando essa contribuição mais geral.

Antes de falar da EMBRAPII, eu queria dar um brevíssimo depoimento. Na MEI, uma das ações dentro da nossa agenda de políticas — a agenda de políticas da MEI é grande, trata de marco regulatório, governança da inovação, recursos humanos para inovação, financiamento — é específica para a inserção global via inovação. Nós temos feito imersões em ecossistemas de inovação, temos levado executivos, pessoas do Governo e da academia, como reitores etc., para conhecerem ecossistemas de inovação de países que são reconhecidamente inovadores. Já fomos duas vezes para os Estados Unidos, para a Alemanha. Ano que vem vamos para Israel. Temos feito imersões no Brasil também, porque nós temos ecossistemas muito bons. Estamos fazendo essas imersões com o SENAI e com a EMBRAPII. E as empresas estão descobrindo que, no Brasil, muitas vezes elas têm estruturas que elas não imaginariam ter. Então, este é um trabalho para contribuir para a divulgação, para que possam existir mais colaboração e cooperação.

Chama-nos a atenção, quando vamos ao exterior para conhecer ecossistemas bem desenvolvidos, como isso impacta as pessoas. Quando entramos em um laboratório vinculado ao Department of Energy (DOE) — já visitamos Argonne, Oak Ridge e Lawrence Livermore, por exemplo —, podemos materializar o que é uma política pública de longo prazo. Os orçamentos são bilionários! O



orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia é igual ao orçamento de um dos laboratórios deles — de apenas um, e eles são centenas. Mais de 80% desse orçamento é do Governo, porque eles entendem que isso é papel do Governo e trabalham junto com as empresas lá dentro, fazendo pesquisa juntos, mas alavancando o setor empresarial para dar dinamicidade à economia.

Visitamos esses laboratórios e algumas empresas, como a Cisco e a Qualcomm. Estivemos na Qualcomm, e foi fantástica a visita! Nela há vários prédios, e sabem do que são cobertas as paredes? Patentes. As paredes são todas cobertas de patentes. Fomos recebidos pelo CTO, o Chief Technology Officer. Ele nos disse o seguinte: *“Aqui nós não contratamos para funções. Nós contratamos pessoas inteligentes e bem informadas e as deixamos dentro da empresa. Ela vai achar ali a forma como ela vai contribuir para o desenvolvimento da empresa e do país”*.

Estou trazendo este depoimento para mostrar a vocês o resultado dessas imersões. Por exemplo, o Fábio, Reitor do Centro Universitário FEI, e o Wagner participaram de imersão com dois diretores e, ao voltar, reformularam todo o currículo das Engenharias, tão grande o impacto que tiveram ao visitar aqueles ambientes. Da empresa Grendene participaram quatro diretores, que disseram que aquela experiência muda a vida das pessoas e os fez reformular toda a governança e o processo de produção da empresa. Talvez os tomadores de decisão precisem fazer uma imersão para que vejam o potencial que temos no Brasil e como poderíamos avançar.

Rapidamente, eu só queria apresentar a EMBRAPII, que foi citada hoje. A EMBRAPII, Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, que tem 42 unidades hoje no Brasil, está sob ameaça. Por quê? Porque ela precisa de recursos para continuar a apoiar os projetos de inovação. Ela está tendo um sucesso enorme na sua operação. Ela tem feito o papel de unir academia, empresa e Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação — ICT, e é esse o modelo que temos que buscar no Brasil.

Neste eslaide estão as unidades EMBRAPII no Brasil — depois vocês vão ter acesso a isso.



Este é o poder de alavancagem da EMBRAPAII: faz com que cada 1 real do Governo Federal se multiplique por 3, segundo dados recentes da EMBRAPAII. Vejam a importância dessa Empresa! Não podemos deixá-la sem recursos.

Da mesma forma, o SENAI, que foi citado, tem uma rede de 25 Institutos SENAI de Inovação e 60 Institutos SENAI de Tecnologia. Estamos, sim, buscando cada vez mais fazer esse desenvolvimento nos ecossistemas regionais, essa interação com a academia, mas precisamos do apoio do Governo nessas políticas que sejam sustentadas.

Rapidamente, destaco alguns instrumentos que nós temos no IEL — Instituto Euvaldo Lodi: o Inova Talentos, o Inova Tec e o Inova Global. Eu estarei à disposição depois para falar sobre esses instrumentos.

Já finalizando, o cenário é desafiador. Reconhecemos que houve evolução nas últimas 2 décadas. Mas, infelizmente, parece-nos que estamos retrocedendo, quando vemos a situação do orçamento, a falta de regulamentação do novo Código de Ciência, Tecnologia e Inovação, a suspensão das bolsas e a questão da Lei do Bem, que poderia estar alavancando muito mais recursos para pesquisa, mas não avança.

Então, precisamos nos mobilizar e ter uma conversa com as áreas que tomam essas decisões, porque, entre nós, existe consenso sobre a importância, a relevância disso. A questão é: que País queremos ter no futuro?

Apenas reforço que nós, a CNI e a MEI, estamos comprometidos.

Então, o que nós entendemos ser necessário? Financiar o desenvolvimento tecnológico e a inovação de forma sustentada; dar prioridade à ciência, tecnologia e inovação — isso é uma estratégia para sair da crise e gerar desenvolvimento e prosperidade para o País —; estimular a adoção de novas tecnologias pelas empresas. É necessário formar recursos humanos para essa economia digital. Nós precisamos tratar dessa questão, porque, além de a nossa educação estar comprometida, estão vindo mudanças muito maiores, que vão impactar ainda mais a formação dos recursos humanos. De que forma nós, como País, vamos lidar com isso? Também é necessário definir os aspectos regulatórios já citados aqui. Defendemos, sim, políticas de estímulo à ciência, tecnologia e inovação, de forma sustentada, de longo prazo, de forma articulada entre os atores públicos e privados.



Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Sra. Gianna Cardoso Sagazio, da Confederação Nacional da Indústria.

Queria citar aqui a presença dos Deputados Henrique Fontana, Alessandro Molon, Luiza Erundina, Takayama e Zé Augusto Nalin.

Queria reforçar aos Deputados presentes que, às 15 horas, nós vamos nos reunir lá no Salão Nobre e, depois, às 16 horas, iremos até a Presidência da Câmara entregar as assinaturas do Conhecimento sem Cortes ao Presidente da Casa.

Então, se puderem reforçar conosco esta marcha hoje à tarde, eu agradeço.

Estão pedindo a palavra as Deputadas Margarida Salomão e, na sequência, Luciana Santos.

Concedo a palavra à Deputada Margarida Salomão, por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Sr. Presidente, Ministro Pansera, Helena Nader, amiga e grande batalhadora por essa causa que interessa ao Brasil inteiro, Ildeu de Castro Moreira, Presidente do SBPC, Tatiana Roque, que também está nessa luta sem trégua pelo Conhecimento sem Cortes, demais presentes, representantes de entidades, eu os homenageio, nomeando o Reitor Tourinho, Presidente da ANDIFES.

Eu reconheço — e quero ressaltar — a dramaticidade dessa situação. Nós estamos vivendo um momento histórico. Tem-se dito que quem corta recursos de ciência e tecnologia é como o lavrador que come as sementes. Isso é fato. Nós estamos matando qualquer perspectiva de futuro com uma inserção internacional relevante. É gravíssimo o que está se passando.

O papel do investimento público é indiscutível. Os dados mostrados pela Helena e pelo Ildeu são eloquentes por si. Mas, se nós nos reportarmos a estudos feitos sobre inovação no mundo inteiro, veremos qual é o papel crucial do investimento público, porque este constitui o chamado capital paciente. Não se pode esperar das empresas que façam investimentos de longo prazo, como os que são necessários para que haja um sistema de ciência, tecnologia e inovação relevante e significativo.

Então, o encaminhamento desta carta é um elemento histórico de grande potência. Nós procuraremos hoje, juntos com o Presidente Celso Pansera e com



todos os demais Deputados que estão aqui presentes, o Presidente Rodrigo Maia, no sentido de sensibilizá-lo.

Acho que devemos — nós que fazemos parte tanto da Comissão de Ciência e Tecnologia como da Comissão de Educação — colocar força no encaminhamento de emendas impositivas, emendas temáticas dessas Comissões, para suplementar esse valor, que, no total do Orçamento, é ridiculamente pequeno. Nós não estamos disputando um valor que vá alterar o rumo da política econômica, embora eu bem desejasse isso. Não se trata neste momento de fazer essa inversão, mas, sim, de resolver um problema tópico. E é possível fazê-lo inclusive com a definição das nossas emendas de bancada impositivas.

Há mais uma coisa: quero convidar a todos para a Comissão Geral que acontecerá no dia 21 de novembro, para debater a crise das universidades, da educação superior neste País. É fundamental que todos estejamos presentes. Vários dos senhores já confirmaram presença como oradores, como expositores.

Como disse a Profa. Helena e o Prof. Ildeu, é necessário que haja uma política de ciência e tecnologia, uma política de educação e uma política de Estado. A política não pode flutuar — não pode! Não pode este Congresso agir com uma mediocridade tão grande, matando aquilo que estava, a duras penas, prosperando.

Não adianta ficar aguardando investimento do setor privado. O setor privado é parceiro nisso, mas quem tem que ter protagonismo, quem tem que ter a fala em primeiro plano é o setor público. Nós temos que trabalhar nesse sentido.

Houve ontem uma atividade suprapartidária em defesa das universidades e da soberania brasileira, da qual nós participamos — estiveram presentes várias lideranças políticas, entre as quais destaco o Presidente Lula —, com o compromisso de lutar para que o Brasil cumpra o seu dever no que diz respeito à educação superior, à ciência e tecnologia e à inovação em nosso País. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputada Margarida Salomão.

Quero registrar a presença do Deputado Francisco Floriano, que veio apoiar o nosso ato, o nosso evento, a nossa audiência pública.

Vou passar a palavra à Deputada Luciana Santos, do PCdoB.



A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Quero fazer uma saudação à iniciativa do Deputado Celso Pansera, que já foi Ministro da Ciência e Tecnologia.

Quero saudar a nossa querida Helena Nader, que, combativa, tanto representa as mulheres do nosso País. Tem sido uma grande parceira no debate de ideias que nós travamos nesta Comissão.

Quero saudar Ildeu Moreira, que também conheço de longas datas e lutas. É um dos ícones da popularização da ciência no nosso País. Deixo-lhe minhas congratulações pela sucessão de Helena Nader nessa missão tão importante de presidir a SBPC.

Quero saudar Tatiana Roque, da campanha Conhecimento sem Cortes, e, em sua pessoa, saudar todos os outros representantes da comunidade científica e acadêmica aqui presentes.

Saúdo também meus colegas Deputados e a minha colega Deputada Margarida Salomão, nossa querida ex-reitora, que também cumpre um papel tão relevante em grandes desafios que temos travado nesta Comissão.

Eu perdi boa parte das intervenções, mas, pelo que já tenho acompanhado desse debate, são, sem dúvida, inaceitáveis os cortes a que nós estamos assistindo no País, em consequência da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que congelou o Orçamento da União por 20 anos.

Por trás desse debate, há um conceito de Estado mínimo para o povo e máximo para os gastos financeiros e para as cirandas financeiras. Na mesma emenda constitucional em que se congelou por 20 anos o investimento público — não é gasto —, ficou intocável a parte do Orçamento que vai para gastos financeiros. Além do conceito de Estado, escondem-se por trás disso interesses escusos e antinacionais, contra o País e contra o povo brasileiro.

Nós não estamos tratando de uma questão qualquer: a grande moeda do mundo é o conhecimento, que se torna cada vez mais relevante em função da inovação e do desenvolvimento tecnológico. Nós estamos falando de política de inovação, de ciência de produção do conhecimento, que tem um impacto de décadas. Isso não é cadeira, não é giz, não é equipamento — é capital humano, é investimento, é esforço de gerações e gerações para criar a inteligência brasileira.



Está-se abrindo mão e comprometendo e impactando por décadas gerações de inovação, de conhecimento do povo brasileiro, na contramão do que todos os países do mundo que defendem os interesses nacionais fazem.

Todo mundo sabe da importância de se investir em ciência e tecnologia para superar a recessão. Afinal, nós somos dependentes de *commodities* e precisamos nos inserir nas cadeias mais dinâmicas da economia, desenvolvendo tecnologias portadoras do futuro para superar a dependência que nós temos.

Essa questão vai além do debate entre esquerda e direita. Vejam se os Estados Unidos fazem isso. Vejam se o Japão faz isso. Vejam se a Coreia do Sul faz isso. Nós estamos debatendo uma questão de interesse da Nação.

Infelizmente, nós temos uma elite econômica que é antinacional, apequenada, que não tem visão estratégica de país, muito menos interesse em saber o que isso significa para o povo. Afinal, não foi chinês, não foi italiano, não foi francês que desenvolveu, por exemplo, a esplendorosa matriz energética do País, fruto de pesquisa em desenvolvimento, que nos propiciou, por exemplo, 84% de energia renovável e nossas hidrelétricas.

Agora, eles querem vender nosso patrimônio na cara dura, desrespeitando a Constituição e todo o marco legal sobre isso. E o pior: o fazem com o discurso falacioso sobre a eficiência da iniciativa privada. Nossas hidrelétricas não estão sendo vendidas para a iniciativa privada, mas para estatais de outros países.

O que há de melhor na produção científica deste País é público. Não se pode dizer que tudo o que é público é contaminado pela corrupção, é ineficiente. Ora, o que é a EMBRAPA? Nós somos o que somos na produção agrícola graças à nossa inovação, à tecnologia, que é fruto do investimento do setor público. O mesmo se pode dizer da PETROBRAS na cadeia de petróleo e gás, da EMBRAER e de diversas empresas estatais no nosso País.

É inaceitável que se comprometa um sistema de ciência e tecnologia que foi fruto do suor do povo brasileiro, que conta com instituições cinquentenárias, como a CAPES, como o CNPq.

O momento que nós estamos vivendo no País é fruto de um golpe de Estado. Este Governo, desde o início, disse a que veio. Desmontou a estrutura dos Ministérios do nosso País e rebaixou o papel do Ministério da Ciência e Tecnologia,



acomodando-o no Ministério da Comunicação, sem que isso significasse um orçamento do tamanho que existia antes para as duas pastas.

A 13ª nação em produção científica no mundo precisa ser respeitada. Nossa posição está sendo comprometida não para que desses ativos se faça algo para o futuro do País, mas para resolver o rombo fiscal do País e depois dizerem: “*É herança do rombo fiscal*”.

Ora, por que não falta dinheiro para salvar Temer? Por que não falta dinheiro para situações como a que aconteceu na última votação da denúncia da PGR, em que 10 bilhões de reais foram destinados para anistiar a dívida previdenciária dos latifundiários do País? Não dá para dizer que não há dinheiro, quando há dinheiro para salvar Temer. É falacioso isso. Não aceitamos. E já começou o balcão de negócios para a segunda denúncia, que será analisada em 23 de outubro.

Concluo dizendo que nós estamos aqui para reagir, para resistir. A iniciativa de 23 ganhadores do Prêmio Nobel é excelente. Revela a indignação da comunidade científica de todo o mundo. A nossa, pelas dimensões do País, é ainda pequena, mas tem uma importância gigantesca para a economia nacional, para o uso de tecnologias. Basta olhar, por exemplo, para o desenvolvimento da pesquisa, fruto da inteligência brasileira, que descobriu a relação do zika vírus com os casos de microcefalia que estão acontecendo no País. É preciso respeitar isso. É preciso respeitar o interesse da população. Não pode tudo ser canalizado para salvar a pele de Temer da denúncia que vem por aí.

Eu encerro minha fala pedindo uma salva de palmas para o grande brasileiro Luiz Carlos Cancellier, ex-Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputada Luciana Santos.

Há dois Deputados inscritos. Peço que, em sua fala, se atenham ao tempo de 5 minutos, porque três convidados ainda falarão antes do término da audiência.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO FLORIANO - Sr. Presidente, quero apenas registrar meu apoio ao trabalho que V.Exa. vem fazendo há anos, sempre preservando o crescimento da ciência e tecnologia e da inovação e a continuidade



do amparo do Governo a todo esse estudo de tecnologia avançada. Inclusive, nós trabalhamos juntos em um projeto de lei sobre o tema. Isso é de suma importância.

V.Exa. está de parabéns, assim como esta audiência.

Conte com o meu total apoio.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Agradeço ao Deputado Francisco Floriano, do Rio de Janeiro.

Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana e, depois, a Deputada Luiza Erundina.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Cumprimento o Presidente, Deputado Celso Pansera, ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, o Prof. Ildeu, a Dra. Tatiana, a Profa. Helena Nader e todos que nos acompanham nesta audiência pública para debate de um tema extremamente importante.

Deputado Celso Pansera, Deputada Luciana Santos, neste tempo de 5 minutos a que devo me cingir, lembrarei os muitos brasileiros que, pensava comigo, estão hoje com a sensação de que o País está vivendo um momento de paralisia que será extremamente difícil superar. Nós devemos falar abertamente sobre isso, porque precisamos superar esse sentimento de paralisia.

Estão aqui representados o setor de ciência e tecnologia, por pesquisadores e educadores, pessoas ligadas à academia e às nossas universidades públicas e privadas e o setor empresarial. Eu acompanhei uma das falas desse setor, a da Gianna.

Nós brasileiros que somos maioria — mesmo que, na maioria, haja, evidentemente, uma pluralidade de opiniões — precisamos ter força e determinação para dizer um basta a essa situação.

O nível de cortes propostos na área de educação pública e na área de ciência e tecnologia, para falar do tema desta audiência pública, é absolutamente irracional, sob qualquer análise que se faça, independentemente de posicionamento político-ideológico, os quais, aliás, nós temos os mais diversos. E é bom que seja assim. Devemos incentivar isso, para romper com a escalada de intolerâncias e ódios que leva a simplificações na análise dos problemas do nosso País.



Hoje há uma espécie de ditadura que analisa o orçamento público de algumas nações e, em certa medida, diz o seguinte: todos os gastos podem e devem ser cortados, para que o conjunto das despesas que alimentam a rolagem da dívida pública seja sempre preservado. Como se constituiu essa dívida e qual é a taxa de juros justa para remunerá-la são perguntas proibidas nesse ambiente ditatorial.

Assistimos a cortes absurdos, que levam a situações irracionais, como a que agora se vive com o orçamento de ciência e tecnologia. Já não era dos mais elevados e foi reduzido para um terço do que era há 4 anos. É algo inimaginável. Mas alguém assina, vota e impõe isso.

Além de afirmar nesta audiência pública o meu compromisso com o papel estratégico do desenvolvimento científico e tecnológico de uma nação e com a defesa da educação pública brasileira e da nossa universidade pública, eu quero agradecer a todos os professores e pesquisadores que estão aqui, quero incentivá-los a serem mais radicais na reivindicação que estão fazendo.

A palavra “radical” também é proibida em uma espécie de cultura política que nós vamos incentivando, com preconceitos prontos. Mas ser radical significa ir à raiz do problema, ser firme na reivindicação que se faz e, nesse caso, mostrar que é irracional uma nação reduzir para um terço os seus investimentos em ciência e tecnologia, porque, com isso, será cortada uma série de pesquisas que estão em curso, e irá para o lixo o dinheiro público que foi investido para chegarmos ao patamar em que estamos de conhecimento e de pesquisa e sua aplicação. Se isso for paralisado, irão para o lixo bilhões e bilhões de reais, que foram acumulados para que chegássemos a um determinado patamar em cada uma das áreas de pesquisa.

Deputado Celso Pansera, uma coisa é decidir que, no momento, o País não vai abrir uma nova linha de pesquisa; outra coisa é fechar laboratórios e romper linhas de pesquisa que estão a um passo de gerar frutos que podem significar bilhões de reais para o nosso País.

Eu encerro a minha fala dizendo a todos os pesquisadores e professores que estão nos assistindo em casa: *“Vocês têm muita força política. Acreditem em sua força política, atuem com cada vez mais intensidade. Nós não devemos nos conformar com aquilo que um momento de exceção tenta impor ao País”*.



Eu sou médico e Deputado Federal. Sou político por vocação, tenho orgulho da minha atividade. E, às vezes, me sinto oprimido também por uma lógica que diz: “A regra é essa. Isso pode ser imposto a um país”. Não, não pode! O que está acontecendo no Brasil é um absurdo! E, se todos nós que pensamos de maneira plural nos unirmos, poderemos derrotar esse absurdo e abrir uma nova página na história do nosso País. Como Deputado Federal, estarei em todas as atividades que puder para defender a pesquisa nacional, a ciência e tecnologia e as universidades do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana. Belas palavras.

Quero registrar e agradecer a presença do nosso amigo, ex-Senador, ex-Deputado, membro do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia e Inovação — CONSECTI e também Secretário da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará, Inácio Arruda. É um prazer tê-lo conosco.

Com a palavra a Deputada Luiza Erundina. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

Depois, devolveremos a palavra aos nossos convidados.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Quero cumprimentá-lo pela iniciativa e saudar cada uma e cada um que veio dar vida à Câmara — esta Casa só tem vida quando o povo a ocupa. Isso nos alenta e nos dá esperança de que as coisas mudem.

Eu sou membro titular desta Comissão de Ciência e Tecnologia desde o meu primeiro mandato — este é o quinto. Em todas as legislaturas, eu militei nesta Comissão, representando a minha bancada. E pude compreender e tomar consciência do caráter estratégico dos temas aqui tratados, em particular a ciência e tecnologia, sem o que outras áreas como a saúde, a educação, o transporte e a segurança não têm o respaldo necessário para que se encontrem as melhores soluções e saídas.

A minha formação é social, mas a minha bancada me designou, na primeira legislatura, para esta Comissão. E, aí, eu descobri que era aqui que eu tinha que



ficar, porque esta é a Comissão que trata das questões estratégicas da vida do País, da vida da sociedade.

No início do meu trabalho na Comissão, havia, inclusive, Deputado Pansera, mecanismos para evitar, proibir o contingenciamento dos recursos de ciência e tecnologia. Isso se deu em várias legislaturas, em várias leis orçamentárias. A partir de um momento, se interrompeu essa prática, o que nos coloca hoje nessa situação de penúria.

É ridículo cortar 44% de um orçamento que já era irrisório para a ciência e tecnologia, num país que pretende disputar o protagonismo do desenvolvimento econômico no mundo. Em março, uma decisão autoritária e prepotente de um Governo ilegítimo fez isso, reduzindo de 5 bilhões de reais para 2 bilhões e 800 milhões de reais esse orçamento. É absurdo! Isso representa, deduzidas as perdas orçamentárias, um terço do orçamento de 2010 e menos da metade do orçamento de 2005. Estamos andando para trás! Como é que se quer disputar hegemonia no mundo, o que não se faz sem ciência, sem tecnologia, sem inovação, andando-se para trás na destinação de recursos públicos para essas áreas? É algo incompreensível! É algo burro — desculpem-me a força dessa expressão, mas ela representa bem este Governo hoje.

A minha aflição é que o tema da ciência e tecnologia não é acessível à massa da sociedade, aos trabalhadores e trabalhadoras. E aí está o nosso desafio: explicar essa situação drástica que está se impondo ao País com os cortes na área da ciência e tecnologia e traduzir os argumentos convincentes de quem milita, de quem atua nesse setor ao nível de compreensão do cidadão comum, para que ele venha se somar a nós, a fim de acumularmos força política para barrar isso. Apenas alguns de nós Deputados não conseguiremos interromper a sanha deste Governo que não tem compromisso com o futuro, que apenas tem compromisso consigo mesmo, de se manter no poder enquanto puder.

Então, companheiros, venho aqui dizer que faço parte dessa briga, que sou parte dessa luta. Eu vivo nela há no mínimo 20 anos nesta Casa. Queria que vocês contassem comigo. Quero me dispor, junto com vocês e com quem entende de comunicação de massa, para que esse recado que estão nos dando em nosso nível



de entendimento chegue à imensa maioria do povo, que é quem vai pagar caro por esses cortes, por essa deterioração do conhecimento e da ciência em nosso País.

Concluindo, a situação será pior em relação ao Orçamento de 2018 porque se está anunciando que as verbas discricionárias, aquelas que não estão previstas na Constituição — é o caso de ciência e tecnologia —, vão dispor de apenas 5% do Orçamento. Apenas 5% do Orçamento estarão abertos às metas orçamentárias para as despesas discricionárias, dentre as quais estão ciência e tecnologia. Aonde vamos parar? Noventa e cinco por cento já estão comprometidas com as verbas que têm piso e vínculo constitucional, enquanto ciência, tecnologia e algumas outras vão estar à mercê de apenas 5% do que está previsto ser destinado a essas despesas discricionárias no Orçamento de 2018.

A luta é muito pesada, mas vale a pena, porque vai trazer desdobramentos e implicações para além de ser simplesmente a luta por ciência e tecnologia, ou seja, o orçamento dessa área.

Muito obrigada. Estamos juntos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, querida Deputada Luiza Erundina.

Registro a presença do Deputado Saraiva Felipe, de Minas Gerais, que foi Ministro e Presidente da Comissão de Educação. Obrigado pela presença.

Voltando aos nossos convidados, concedo a palavra ao Sr. Fernando Peregrino, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica — CONFIES.

O SR. FERNANDO PEREGRINO - Boa tarde a todos.

Eu queria cumprimentar o ex-Ministro e Deputado Celso Pansera, os distintos colegas de Mesa — Helena, Ildeu, Tatiana —, o Reitor Prof. Roberto Leher, o Diretor do COPPE, de onde venho, Prof. Edson Watanabe, o Presidente da ANDIFES e cada dirigente que representa, os Deputados que falaram e os que ainda vão falar e os demais presentes.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Eu represento as 90 fundações de apoio às universidades. Sobre esta tarja preta (*mostra imagem*) eu não preciso falar. Ela é o símbolo do nosso luto desde o dia em que perdemos um reitor. São 63 reitores, não é isso, Prof. Emmanuel? Um foi



embora precocemente, vítima, julgado, linchado pelo aparato da mídia, que o condenou antes que pudesse proferir sua defesa. Jamais devemos esquecer os que foram dessa maneira. Faço minhas homenagens, como fiz desde o primeiro dia, a esta pessoa que não conheci, Luiz Carlos Cancellier. Sua memória nós vamos guardar, porque não se leva alguém dessa maneira, em nenhuma sociedade civilizada. (*Palmas.*)

Como já estou mais velho no sistema, faz 35 anos desde que entrei no CNPq, vou fazer uma digressão um pouco mais ampla, porque todos falaram, e corretamente, sobre os dados orçamentários, embora eu ache essa questão meio esquizofrênica, porque quem manda no Orçamento não é o Congresso. Sinto muito, Deputada Luiza Erundina, os senhores e as senhoras pensam que mandam, mas quem manda no Orçamento é o Banco Central. Vou explicar: quem manda na taxa de juros é o Banco Central; quem compra e eleva o dólar e afeta as exportações e importações é o Banco Central; quem freia a economia e produz recessão com desemprego gravíssimo no País é o Banco Central; quem enxuga a moeda é o Banco Central. A autoridade monetária passou a usurpar o papel que tem o Congresso Nacional e a dirigir a política. O Orçamento não é dirigido por esta que se chama a Casa do Povo, lamento muito.

As empresas estão sendo falidas porque não têm crédito decente para alimentar sua produção. Isso produz desemprego e, ao produzir desemprego, reduz o consumo, afeta as empresas, o comércio, a indústria, abaixa a arrecadação, e não há dinheiro para ciência, tecnologia, inovação, saúde, para qualquer política pública. Vou tentar demonstrar isso aqui rapidamente.

O Brasil é isto que estão vendo, e Helena já falou: caindo, caindo, uma dinâmica negativa. Embora tenhamos mantido patamares elevados na produção de ciência, isso não nos conforta, porque os indicadores que estão aí são muito negativos para nós. Somos o 116º. Não precisamos de tanta burocracia assim. Talvez seja a burocracia que afete a vida de cada um.

Este eslaide está muito claro, mas vou explicar. Eu coloquei todas as curvas com variáveis que selecionei que demonstram quão doente é o nosso País. Infelizmente, ele está doente. Eu não mostrei só o coração, mostrei outras variáveis.



A primeira curva diz respeito aos juros — já se falou. A cada dia o Brasil paga mais de 1 bilhão de reais de juros. Dois dias dariam para recompor o orçamento de ciência e tecnologia. Dois dias apenas! Mexendo um pouquinho na taxa de juros, poderíamos ter dinheiro suficiente para repor não só ciência e tecnologia. Então, no dia de hoje, vamos dispendar, jogar fora, vamos engordar as bolsas dos banqueiros em 1 bilhão de reais.

Esta curva está acelerada. Eu botei todas em 100, é o índice. Então, os juros estão acelerados, estão lá em cima. O investimento da União é esta curva azul. Ele fez uma curva em 2013 e começou a cair. Quando cai o investimento público, não se enganem, o investimento privado também cai. Gianna sabe disso. Ele quase acompanha a curva. Se não há investimento público, se não há investimento privado, onde vai haver receita? Onde vai haver emprego? Onde vai haver tecnologia? Em lugar nenhum. É contrassenso, não é racional, é esquizofrênico pedir investimento sem atividade econômica suficiente, fruto dos investimentos.

A dívida líquida é esta curva. Ela sobe. Não está caindo a dívida. Ela sobe. Transferências constitucionais fora, sobra só a dívida, que, somada das dívidas interna e externa, está subindo. O resultado primário é esta curva. Ela não está em 100, está caindo em 159. Esta curva caindo do resultado primário já estava anunciada no ano passado. Ninguém me diga que não sabia que ia cair. É claro que ia. Ninguém vê a atividade econômica ou ninguém aqui tem um familiar desempregado ou semiempregado? É claro que tem. Ninguém aqui está na Dinamarca, ninguém aqui está na Alemanha, citada por Helena.

O PIB *per capita* também já subiu e já desceu, está encostando no chão. Não precisa ler, eu fiz o cálculo, está descendo. A receita líquida também está encostando, elevação pequena nominal 3%. A nominal não paga a inflação do ano. A receita está estacionada ou caindo.

Despesa discricionária, Deputada Luiza Erundina. Esta é a curva, em vermelho. Ela também está tangente, quase zero, muito baixa, 200 e poucos bilhões de reais. O Ministério da Ciência, é esta curva amarela. Vou mostrar mais amplamente.

Vamos para frente. Eu quero mostrar que se abriu uma boca de jacaré, como se diz. As despesas discricionárias se elevam um pouquinho e o Ministério da



Ciência, Ildeu, tem caído relativamente. Eu sei que isso não conforta ninguém, mas dentro do bolo das políticas públicas, 200 e poucos bilhões de reais, o Ministério da Ciência caiu proporcionalmente, relativamente. Abriu-se uma boca de jacaré. É essa dívida que temos que cobrar. É isso que você está falando. A dinâmica é negativa para nós. Amanhã, alguém está dizendo, esta curva vai levantar? Jamais vai levantar! Ao contrário, a boca do jacaré vai aumentar mais ainda. Então, vão cair mais ainda os investimentos.

Nossas fundações são responsáveis pelo acréscimo de 55% do orçamento das nossas universidades, em média. Cada universidade tem sua fundação, que capta recursos e não recebe transferências ordinárias do Tesouro. Não se enganem! Nós não somos uma fundação pública, não recebemos transferências ordinárias. Nós captamos, pela competência dos cientistas das universidades, recursos privados ou públicos e os colocamos dentro da universidade, na sua atividade-fim. Isso representa 55%, se compararmos com o custeio das universidades.

Elas também estão vivendo a crise. Caiu o número de projetos, caiu o número de ingressos. Aí vamos também mergulhando numa crise profunda.

Eu sou da COPPE, como já disse

Este é um ônibus, com o combustível mais limpo que há na humanidade: hidrogênio. Ele expelle água. Não tem nada de poluição. Zero! Ele está ameaçado, se a pesquisa não continuar, se recursos não vierem.

Este é um trem de levitação magnética. Ele flutua à distância de 1 centímetro de um trilho magnético. É uma tecnologia que só a China tem, e assim mesmo num protótipo menor. Nós carregamos 14 pessoas, e eles carregam três.

Este é o tanque oceânico. Só há três no mundo: Noruega, Irlanda e Brasil. Ele simula situações em águas profundas, cria soluções que evitam o dano da PETROBRAS ou de qualquer empresa em alto-mar, a mais de 200 quilômetros. Esse tanque também está ameaçado.

Este é um robô que conserta plataformas, dutos, há 3 mil metros de profundidade.

Tudo isso está ameaçado. Estou dando coisas concretas para as pessoas materializarem o que estamos falando. Essa é uma pequena amostra da produção da COPPE.



Se a indústria é o motor da inovação, minha amiga Gianna, o motor falhou. Não existe um motor que tracione o carro da inovação, porque no mundo inteiro a inovação é uma exigência da indústria. Só há indústria se houver inovação, desde a revolução industrial ou muito antes. Se essa indústria está indo para o chão, como está, no próximo ano, pode anotar que ela encosta no chão, a contribuição do PIB... Nós viramos uma sociedade agrária, exportadora de produtos e bens básicos.

Vejam o retrato de 2004 a 2015, os produtos que nós exportávamos manufaturados eram 55%, agora são 38% em valor agregado. O que isso significa? Essas são evidências de que estamos no caminho errado. Estamos retroagindo na industrialização e na tecnologia, e não só orçamentária.

Este é o índice que Gianna botou no seu eslaide. A dinâmica é de queda. A inovação está caindo, já foi melhor. Peregrino, como pode? Não aumentou? Não aumentou, não. Caiu o índice de inovação do Brasil.

Aqui, a taxa de juros reais. Todo mundo já está sabendo. Nesses países que foram citados como exemplo de inovação, são juros reais negativos, porque se deduz a inflação e caem os juros, porque nenhum capitalista empresta 100 e pede 95 de volta. Mas a taxa de juros de lá, deduzida a inflação, fica negativa. Não corrige nem a moeda. É por isso que, no Japão, na Europa, nos Estados Unidos, a taxa de juros é negativa. É por isso que o dinheiro vai para outro lugar.

Desnacionalização da nossa economia. Este azul, esta barra é o índice de compra das empresas nacionais. Nós estamos sendo comprados, comprados sucessivamente, porque as indústrias não resistem à força de um investidor de fora. Ele compra e usa seu CNPJ. Se você não tiver nada, pega o seu CNPJ, que é menos burocracia para ele, e implanta o seu comando aqui dentro.

O que eu concluo? A política macroeconômica do País não condiz com a política de inovação, é pura retórica para enganar aqueles que ainda acreditam que há consenso entre a política macroeconômica que o País vive, o seu eixo, e a política de inovação. As duas se chocam. Não é possível conviver com isso.

O capitalista quer rentabilidade. A pergunta é: se a rentabilidade é dada pelos juros, pela aplicação financeira, como ele vai investir em inovação? Está respondido. A inovação é muito mais segura, é de graça. Inovação é risco, e é de médio e longo prazos. Eles querem de curto prazo. É a nossa mentalidade pensar hoje sem ver



amanhã. Amanhã vai estar muito pior. Se não fizermos algo, amanhã vamos viver muito pior. Esta reunião vai ser muito pior no ano que vem. Não sou futurologista, mas estudei a história.

Se compararmos, como diz o Senador Jorge Viana, os gastos com o sistema Judiciário no Brasil vão a 1,8% do PIB e os gastos com ciência e tecnologia vão a 1,2%. Nos Estados Unidos, os gastos com o sistema Judiciário são de 0,2% do PIB e os gastos com ciência e tecnologia são de 2,4% do PIB, 20 vezes mais. Nós gastamos muito mais com atividade-meio.

Isto todo o mundo sabe. Há uma média baixa de investimentos, todo mundo reconhece.

Os americanos, não se enganem, fizeram seu dever de casa. Ao investirem nesta curva vermelha, que é investimento público, constituíram grandes arcabouços, grandes estruturas de pesquisas: MIT, Stanford, etc. Fizeram esta estrutura de pesquisa de alto nível. As empresas vieram, então, fazer suas cooperações — Vale do Silício, etc., iPhone, Steve Jobs — e foram beliscar, foram comer nas universidades americanas, que estavam recebendo grandes volumes de recursos. A partir daí elas começaram a investir mais, a partir dos anos 80.

Este é o resultado que me apresentaram no ano passado. O déficit fiscal ia subir a partir deste ano. Não vai subir. Não vai melhorar. Não há atividade econômica. Não há receita. Como vai? Esse navio não se põe em velocidade repentinamente. É falar de chuveiro molhado.

Minha síntese: as políticas macroeconômicas estão em conflito com a inovação. Então, vamos fazer um discurso coerente, prolixo, se for o caso, mas vamos dizer para o nosso povo que não se trata de canibalizar as outras políticas públicas. Tirar de saúde para botar em ciência, porque a ciência vai resolver o problema da saúde. Isso é canibalismo! Eu não vou entregar no final a minha trajetória profissional um discurso que não vai resolver. Tira de saúde e põe em ciência, porque a ciência tem uma vacina do amanhã. E o hoje? E o transporte? E a educação básica?

Administração gerencial. Não podemos conviver com esta burocracia que inferniza as universidades brasileiras, inferniza o pesquisador. Deputado, 35% do tempo do pesquisador são gastos com burocracia. Jogamos fora, portanto, 70 mil



cientistas, porque, deduzindo 35% de 200 mil, são 70 mil cientistas que não fazem ciência, fazem burocracia.

Promover a indústria de base tecnológica, manter e ampliar a base de pesquisa, equalizar os juros com o mundo. Este País não pode ser um cassino. E está sendo. É muito melhor aplicar no Brasil e depois tirar o dinheiro e levar para fora. Isso é cassino. E cassino ainda tem um risco. Aqui não há risco.

Adequar o câmbio ao produto local. Se o Banco Central nos receber em audiência para que possamos, então, fazer um discurso veemente, diremos que eles estão pilotando, usurpando o papel do Congresso Nacional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Muito bem, Fernando Peregrino.

O Deputado Glauber Braga se encontra presente. Temos ainda quatro convidados. Se quiser a palavra por 5 minutos, não há problema.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Deputado Celso Pansera e todos os presentes, vou ser muito objetivo e não vou usar os 5 minutos.

Este esforço de articulação em defesa de ciência e tecnologia é fundamental. Os desdobramentos do que sai do encontro é aquilo que nós queremos nos colocar à disposição para atuar em conjunto, numa articulação que não pode ser só institucional, mas que tem que ser também institucional.

Àquilo que as senhoras e os senhores tiverem como tática de enfrentamento ao momento tão difícil que estamos vivenciando e aquilo que nós possamos fazer em conjunto não só para recuperar orçamento, mas para recuperar o rumo estratégico da política econômica nacional que garanta esse investimento, nós estamos aqui completamente à disposição.

Minha presença aqui hoje, Deputado Celso Pansera, não é só para falar da solidariedade a esta articulação, mas também para dizer que queremos ser agentes de uma articulação mais ampla em defesa da ciência e tecnologia brasileira.

Concordamos em gênero, número e grau com o que foi apresentado aqui pelo último palestrante, Fernando Peregrino. Isso se dará necessariamente se nós tivermos uma mudança do rumo estratégico que está sendo colocado na política



nacional do ponto de vista econômico. Se nós não fizermos isso, necessariamente não alcançaremos esse objetivo.

Eu me coloco à disposição. A bancada do PSOL está completamente à disposição dessa articulação que está sendo feita.

Neste minuto final, quero falar de uma campanha que nós lançamos e que eu acho que pode se articular com o movimento que está sendo feito pelas senhoras e pelos senhores, que foi a campanha *Eu Não Vendo o Meu País*.

O conjunto de estatais que está na primeira rodada de privatizações que já foi anunciada, se não houver uma reação contundente, estará na segunda ou terceira rodada. Se conseguirmos articular esforços da sociedade brasileira, que tem objetivos comuns também nessa iniciativa, achamos que são objetivos que se casam, e não o contrário, num projeto que quer submeter os interesses brasileiros a interesses que não são nem nossos.

Termino dizendo que a justificativa utilizada, por exemplo, para a privatização do sistema elétrico brasileiro, difundida e colocada publicamente, é que o que é público necessariamente não tem qualidade, o que é público precisa ser privatizado em nome da eficiência. Mas é no mínimo gozado que quem venha se apresentar para comprar os ativos brasileiros sejam outros países, que vêm incorporar o Estado brasileiro aos seus interesses geopolíticos internacionais.

Parabéns pela iniciativa, por esta articulação. Estamos completamente à disposição para os desdobramentos que saírem desta audiência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputado Glauber Braga.

Quero chamar para a Mesa o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Deputado Paulo Magalhães, que estava em um compromisso e, numa deferência, me deixou presidindo esta audiência pública. É um prazer tê-lo aqui.

Deputado Glauber Braga, às 15 horas, vamos nos encontrar no Salão Nobre e caminhar à Presidência da Casa para entregar o abaixo-assinado ao Presidente. É importante a presença de V.Exa.

Presidente Paulo Magalhães, a palavra e o comando são seus.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Com a palavra o Prof. Aldo Nelson Bona, Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.

O SR. ALDO NELSON BONA - Sr. Presidente, quero saudar todos os presentes, de modo especial o Deputado Celso Pansera, pela liderança deste movimento, Helena Nader, Ildeu Moreira e Tatiana Roque, por tão bem representar em suas falas o momento que estamos vivendo.

Não vou utilizar os 10 minutos, dado o adiantado do tempo, mas fundamentalmente dado o brilhantismo dos que me antecederam em suas falas, pontuando claramente o problema.

Para não ser repetitivo, quero apenas dizer que represento a ABRUEM — Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, que congrega 45 universidades em 22 Unidades da Federação. Para terem ideia, apenas Acre, Rondônia, Espírito Santo e Sergipe, além do Distrito Federal, obviamente, não têm universidades estaduais. Todos os demais Estados têm, e com uma capilaridade bastante grande, com presença marcadamente no interior. São universidades que fazem ciência no interior do País.

Temos uma comunidade de mais de 40 mil pesquisadores vivendo esta agonia nacional; temos um conjunto muito grande de programas de pós-graduação. Como ressaltou o Presidente da ANDIFES, quero dizer que a ABRUEM responde por aproximadamente 43% da produção científica nacional. Isso precisa ser ressaltado como algo de fundamental importância.

Eu coloquei estas questões não para fazer propaganda da ABRUEM, mas para dizer que, aliado aos dados catastróficos aqui apresentados da redução do orçamento de ciência e tecnologia no País, como ressaltou o representante do Conselho de Secretários, no que diz respeito à dimensão dos Estados, e também o Presidente da ANDIFES, temos a crise do financiamento das nossas universidades. Aquilo que acontece em nível nacional tem repercussão em nível estadual. Nossas universidades estaduais e municipais estão numa situação de extrema dificuldade no que diz respeito à manutenção de suas atividades e, portanto, à possibilidade da continuidade do desenvolvimento de ciência e tecnologia. Isso tem resultados catastróficos em curto, médio e, dirá ainda, longo prazos.



(Segue-se exibição de imagens.)

Recentemente, no VIII Encontro de Redes Universitárias e Conselho de Reitores da América Latina e do Caribe, realizado em Porto Alegre, apresentei alguns dados que aqui foram amplamente trabalhados. Por isso não vou repeti-los. Mas intitulei o eslaide *A Ciência Brasileira Pede Socorro*, justamente para evidenciar que esta posição que o País ocupa no cenário mundial em termos de produção de ciência e tecnologia vai apresentar, em curto prazo, um decréscimo muito grande em razão do corte do financiamento.

Foi dito aqui, e vou repetir, que o orçamento de ciência e tecnologia deste ano é menos da metade do que foi em 2005, só que a comunidade científica brasileira é mais do que o dobro. Portanto, estamos amputando a possibilidade do desenvolvimento de ciência e tecnologia, que representam soberania nacional.

Nesse sentido, a ABRUEM é parceira em todas essas discussões, porque, de fato, a ciência no Brasil pede socorro, a universidade pública no Brasil pede socorro. Mais de 90% da ciência brasileira são feitas em universidade pública. Não podemos deixar esse sistema continuar em colapso, porque já entrou em colapso.

Quero repetir as palavras do Deputado Henrique Fontana de que nós precisamos dar um basta geral, porque a realidade que vivemos torna o País insustentável em médio prazo.

Falei muito brevemente para não tomar o tempo.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Com a palavra a Dra. Rosilda Prates, Diretora-Executiva da Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação.

A SRA. ROSILDA PRATES - Obrigada.

Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer o convite para participar desta audiência ao Deputado Celso Pansera, ex-Ministro, grande interlocutor da aproximação da indústria e da academia.

A P&D Brasil é a Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação. Nós gostaríamos de deixar um relato sobre o perfil dessas



empresas, sobre o quanto somos importantes para a formação da cadeia de valor e da retenção de talentos no País.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós temos dentro da P&D Brasil 42 empresas e em torno de 40 bilhões de reais de faturamento com desenvolvimento tecnológico nacional. É um faturamento que tem o reconhecimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, com desenvolvimento nacional. Nós investimos, em média, 14% do nosso faturamento em pesquisa e desenvolvimento. Esse é um esforço da indústria absolutamente razoável para um país como o Brasil que tem a mão do Governo muito modesta no que se refere a incentivar ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento. Nós temos mais de 1.500 funcionários em pesquisa e desenvolvimento, uma média de 25 anos de mercado.

As empresas da P&D Brasil têm diversidade, estão em todo o País e representam parte importante de um segmento da indústria de telecomunicações, energia, segurança de rede, saúde, que trabalham no desenvolvimento e apoio aos setores do agronegócio, da comunicação, das cidades inteligentes, da expansão da banda larga.

Nós temos intensidade de investimento de risco em P&D. Vimos ainda há pouco que 1,2% do PIB é investido em pesquisa e desenvolvimento. Nós investimos 14%. Dezoito por cento do nosso RH se dedica à pesquisa e desenvolvimento. É esse o nível de perfil de empresa que o Brasil deve enxergar como sendo estratégico. Talvez, a nossa agenda aqui fosse no sentido de diminuir a reserva do contingenciamento. Nós precisamos de recursos para pesquisa e desenvolvimento, senão, vamos voltar a 17 anos atrás.

Há um estudo do BNDES que ratifica este perfil de empresa: cada dólar de insumo importado, cujo objetivo são produtos com desenvolvimento tecnológico nacional, nós multiplicamos por cinco em riqueza para o País. É esse tipo de empresa, de indústria que é relevante para o Brasil, porque é intensiva em mão de obra do conhecimento e qualificada. Quando um produto é importado, agrega para o País 30%; quando é manufaturado, 52%; quando tem desenvolvimento tecnológico nacional, 85% de riqueza. Em que nós queremos apostar as nossas fichas? O que nós queremos ser daqui a 20, 30, 50 anos?



Vejam a diferença de uma empresa com estrutura intensiva de gestão em P&D. É isso que precisamos incentivar. O agronegócio, uma pauta tão importante para o País, precisa de desenvolvimento tecnológico para apoiar a cadeia.

Estamos voltando para 2001, 2002 no que se refere a orçamento para pesquisa e desenvolvimento, ciência e tecnologia. Nós precisamos enxergar que estamos com pouco mais de 300 institutos de pesquisa, e fechando suas portas. De cada três engenheiros que fazem parte de uma indústria com desenvolvimento tecnológico nacional, um é acionado dentro da academia. Nós precisamos olhar para isso como uma oportunidade de maior integração entre indústria e academia.

Nós temos uma significativa falta de recurso para financiar inovação. Não estamos falando nem de subvenção, mas de financiamento. O BNDES e a FINEP exigem garantia real para uma operação de inovação. Onde isso é razoável? Aí, a empresa coloca seu parque fabril em garantia real de uma operação de inovação, onde é possível que, eventualmente, o desenvolvimento, o projeto, não venha a se caracterizar como uma entrega, e tem sua indústria, todo seu parque fabril averbado. Não é razoável. Como ele vai promover o negócio? Como ele vai olhar o mercado global como uma oportunidade de internacionalização da empresa?

Nós temos, dentro da P&D Brasil empresas de quem a FINEP exigiu 1,8 pontos de garantia real para operação de inovação. Não é razoável isso. Nós precisamos olhar as indústrias que têm o P&D, o DNA de desenvolvimento tecnológico como estratégicas para o País. É disso que precisamos. Nós precisamos da manutenção do ambiente. Como olhar a longo prazo e orientar investimentos de risco se temos um ambiente totalmente vulnerável? Nós precisamos consolidar as nossas empresas para que haja perenização desse ambiente; nós precisamos estimular maior número de empresas com desenvolvimento tecnológico nacional. Nós temos dentro da P&D Brasil indústria e institutos de pesquisa — INATEL, CERTI, CEITEC, Softsul. Nós procuramos juntar um ambiente de colaboração.

Nós temos dentro da P&D Brasil um programa chamado Raio X, em que as empresas se visitam no sentido de buscar a maior competência do outro em pesquisa e desenvolvimento — a sua maior competência em pesquisa e desenvolvimento. Isso é aberto por meio da colaboração. E é assim que as



empresas ampliam seu fortalecimento e seu DNA em pesquisa e desenvolvimento, porque a competitividade vem daí.

Nós temos que olhar as empresas que têm o DNA e o viés de agressivo investimento em P&D como estratégicas para o País.

Esse era o recado da P&D Brasil.

Muito obrigada pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente Paulo Magalhães, Deputado Celso Pansera, que está empenhado nesta questão com muita força, senhores que participam da Mesa, convidados, todos que participam desta audiência, no domingo à tarde, eu estive em uma manifestação na Avenida Paulista, em São Paulo. A pesquisadora e Diretora da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Helena Nader, esteve lá também. Como participante ativo de manifestações, pude perceber que é muito difícil tirar pesquisador de laboratório, e havia mais de mil pessoas lá. Isso quer dizer que nós chegamos ao limite. Está havendo um desmonte do Estado brasileiro. Está havendo um desmonte não apenas do sistema de ciência e tecnologia, mas também dos sistemas de saúde e de educação.

A questão é ainda mais complexa, se realmente considerarmos uma estratégia de nação. O orçamento da área de ciência e tecnologia pode ser contingenciado em 44% agora e em mais 16% no ano que vem — essa é a previsão, mas pode piorar. Seguindo assim, nós vamos fechar as portas, vamos estancar as bolsas de estudos, vamos desfinanciar as pesquisas. As universidades federais, dessa maneira, param no meio do ano, porque não há recursos. É só ver a situação da UERJ, no Rio de Janeiro, para ter certeza de como acabam as coisas.

Nós estamos vivendo um momento de fim de feira. Este Governo só se preocupa em comprar apoio para sobreviver no Congresso Nacional. Para isso eles acham dinheiro. Se os senhores acompanhassem a bandalheira que foi a noitada da negociação do refinanciamento das dívidas, do REFIS, com isenção de impostos concedida duplamente para igrejas, com isenção de impostos via FIES para escolas



particulares, com financiamento de megaempresas do exterior com fundos de pensão, entenderiam por que falta dinheiro.

Nem quero falar da dívida pública brasileira, até porque fui autor do requerimento que deu origem à CPI da Dívida Pública no Brasil, um País que gasta 510 bilhões de reais com juros por ano. Nem quero falar das violentas isenções fiscais que foram praticadas — mais de 400 bilhões de reais. Enquanto isso, os pesquisadores ficam aqui pedindo 1 ou 2 bilhões de reais. Isso é para os senhores verem o tamanho da discrepância que nós vivemos.

Mas eu quero acreditar que o nosso País avançou alguma coisa. Por várias razões, não é fácil montar uma estrutura de desenvolvimento de ciência e tecnologia. Uma delas é o fato de nós vivemos num País dependente economicamente. Romper essa barreira é sempre difícil.

Lembro-me, Helena, de quando votamos o Código Florestal. Vocês produziram um megadocumento sobre o papel da ciência na produtividade da agricultura para tentar mostrar para os mais de 150 Deputados da nossa bancada ruralista, que vivem saqueando a biodiversidade brasileira, usando a motosserra, que eles poderiam se beneficiar da ciência, conservando as áreas de preservação permanente e as reservas legais, aumentando a produtividade agrícola e observando a questão da água, já que somos um País privilegiado nesse aspecto.

Mas o que acontece? Há uma cegueira política de um lado e, de outro, uma visão dependente. Os grupos que se formaram, os institutos de pesquisa, a EMBRAPA...

Na manifestação de domingo, encontrei dois pesquisadores do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, de Campinas. Trabalhar com acelerador de partículas no nosso País não é fácil. Quando vemos o laboratório da Suíça, pensamos: *“Poxa, o pessoal é teimoso mesmo, porque continua lá no Laboratório de Síncrotron”*.

É lamentável que um País como o nosso, com o potencial que tem, destrua uma base que já está formada e permita a evasão de cérebros e a desarticulação de grupos que demoram a ser consolidados, como articuladores de projetos de longo prazo na ciência e tecnologia e na inovação em nosso País. Esse desmonte do Estado precisa cessar.



É em boa hora que se forma essa corrente. É em boa hora que os estudantes de escolas técnicas e tecnológicas, os pesquisadores e aqueles que fazem pós-graduação se articulam. Mas é preciso que a sociedade brasileira, e não só os que estão inseridos nesse contexto das universidades e dos centros de pesquisa, entenda a gravidade deste momento. Foi o que eu senti lá no domingo. De repente, as pessoas perceberam que têm que participar mesmo, que não há outra via que não a rua, que têm que conhecer e espalhar para a sociedade o que está em jogo.

Da nossa parte, entendemos que é preciso mudar esse sistema. Em vez de aumentarem, estão reduzindo o investimento. Ao aprovarem a PEC do Teto de Gastos, cortaram as pernas do País por 20 anos. Em vez de planejarem para frente, caminharam para trás.

Enquanto isso, o capital financeiro segue lucrando: os cinco maiores bancos no País ganharam 80 bilhões de reais no ano passado. Mas ninguém divulga isso. Continuam hegemonizando os meios de comunicação de massa. Essa é a gravidade da situação brasileira. Este Governo serve aos grandes, à concentração da riqueza, da terra e do poder. Quero registrar a nossa solidariedade com essa luta.

Estou entendendo que a somatória de esforços e a conscientização sobre o papel que as entidades vão ter nesse processo são muito importantes. Eu acho que, como disse minha antecessora, 300 centros de pesquisa não são tão pouco assim. Há um acúmulo aí. Na época de Getúlio Vargas, foi criada uma universidade federal em cada Estado. Nós estamos falando de um projeto de nação, mesmo que discordemos de Getúlio Vargas, que está sendo desmontado.

É preciso acordar. É preciso ir para a rua. E é preciso que caiam fora do poder governos que só pensam em centralizar riqueza no capital improdutivo financeiro, que não estão preocupados com a alavancagem para o futuro, com o desenvolvimento sustentável, com a pesquisa nacional e com a projeção deste País grandioso como um projeto de nação.

Por isso, parablenizo todos os que não só vieram a esta audiência, mas também estão saindo às ruas em todos os Estados em defesa dessa pauta. Deixo a todos um abraço.

Obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O Deputado Ivan Valente já falou como pensa, analisa a realidade e se compromete a nossa pequena bancada do PSOL, composta de seis Parlamentares. Eu quero apenas reiterar que hoje, além do projeto de nação, está em risco a própria democracia no País, porque a disputa por valores democráticos se dá também na batalha travada na definição do Orçamento.

O que nós votamos de mais importante é o Projeto de Lei Orçamentária — de rotina, anual. Não por acaso, a junta governativa, muito serviçal ao capital financeiro, que tem outras prioridades, com esta coalisão de investigados e réus... Aliás, peço desculpas por ter chegado só agora. Sou membro da Comissão de Constituição e Justiça, e estamos aguardando lá o parecer do Relator, que já foi pedir seus cargos no Governo, pelo que sabemos, quanto à solicitação de uma investigação sobre o Presidente Temer e dois dos seus Ministros.

A política brasileira hoje está rebaixada ao seu pior nível. É aquilo que Antonio Gramsci chamava de intestino grosso da pequena política fisiológica do “toma lá, dá cá”. Mas vocês pesquisadores são elementos de grandeza. Mesmo que saiam pouco dos laboratórios, como disse o Deputado Ivan, ali está se urdindo uma ciência que é algo fundamental para, lembrando Bertolt Brecht, *“aliviar a canseira da existência humana”*.

Lembro-me, jovem ainda, sem nostalgia, mas com certo saudosismo, é verdade, dos grandes encontros da SBPC como ponta de lança da resistência à ditadura, ao obscurantismo, porque todo regime autoritário precisa massacrar a cultura, censurar as artes, ter medo do nu e de se despir diante de uma realidade e sufocar a ciência e a tecnologia.

O documento de vocês — peguei alguns aqui e vou panfletar junto a colegas Deputados lá no plenário — fala da situação como tragédia. E eu sei disso. Embora seja apenas um professor, também sou da academia e sei da situação de sobrevivência mínima por que passam e que os trouxe aqui. É muito importante essa mobilização.

Eu parablenizo os Deputados Paulo e Celso, que têm sensibilidade para esta questão, que promoveram esta audiência pública.



Creio que, primeiro, temos que obter recursos no Orçamento, apesar do garrote do teto constitucional que o Governo impôs e que foi aprovado pelo Congresso Nacional. Se não batalharmos muito, o que vai prevalecer, dada a ênfase da pequena política, é a emenda do Deputado A, B ou C para atender aos seus interesses de curral eleitoral, de reeleição. Investir em ciência e tecnologia é pensar grande, é pensar num processo civilizatório, é dar oportunidade para as novas gerações, é fazer o Brasil avançar. Há aqueles que não querem isso, que querem o estrangulamento do setor.

Mas vocês sempre são ouvidos com muito respeito, mesmo por quem tenha uma postura meio cínica. Podem reparar: qualquer Deputado que vocês abordarem para entregar esta carta a nós dirigida vai atendê-los com urbanidade, com educação. Entretanto, é importante lembrar que não basta a gentileza. São necessários o ato, a ação e o compromisso, o que, de nossa parte, está mais do que garantido — podem crer.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Gostaria de registrar a presença do Prof. Virgílio Arraes, Presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília — ADUNB, parceiro da campanha Conhecimento sem Cortes.

Com a palavra o Dr. Júlio César Felix, Presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação.

O SR. JÚLIO CÉSAR FELIX - Sr. Presidente da Mesa, prezado Deputado Paulo Magalhães, Deputado Celso Pansera, ex-Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, querida amiga Profa. Nader, Tatiana, Ildeu, amigos e colegas de 30 e poucos anos de ciência e tecnologia, Deputados e Deputadas que participaram desta audiência e apoiaram o nosso movimento, Deputados e Deputadas que continuam em plenário, nossos agradecimentos.

Eu escrevi algo para orientar minha fala. Vou tentar ao máximo não repetir dados já apresentados e temas já tratados e muito bem articulados nesta Casa.

Simplificando a discussão, eu diria que a solução seria a disponibilização de mais recursos financeiros. Não há dúvida disso.



Já foi dito e está mais do que provado que, sem ciência, tecnologia e inovação, não há desenvolvimento sustentável e socialmente justo. Não há futuro se o sistema de ciência e tecnologia não se conecta com o sistema nacional de inovação, mediante a expansão e a incorporação do conhecimento, a agregação de valor aos produtos e serviços e, por conseguinte, o aumento da competitividade das empresas e a melhoria da distribuição de renda e da qualidade de vida da população. Esses resultados são alcançados quando há políticas públicas consistentes, cuidadosamente planejadas, com visão de longo prazo e com financiamento expressivo e sistemático em ciência, tecnologia e inovação.

Todos os dados disponíveis hoje no mundo demonstram — e aqui também foi demonstrado —, de forma cabal, que a fonte mais significativa para o financiamento do sistema de ciência e tecnologia é pública. Sem isso, não há como promover a conexão entre os dois sistemas: o de ciência e o de inovação.

Essa ideia foi bem desenvolvida pela economista ítalo-americana Mariana Mazzucato, professora da Universidade de Sussex, em seu livro *O Estado Empreendedor*. Com base nos inúmeros estudos de casos de países desenvolvidos e emergentes, Mazzucato afirma que o investimento público em ciência tem um papel crucial na produção de conhecimento, principalmente quando estão envolvidos custos e riscos elevados, que são evitados pelas empresas.

Em seu livro, a economista observa que, mesmo em áreas altamente inovadoras, como a farmacêutica, a de energias renováveis ou a de tecnologia da informação, o setor privado só entra em campo depois que o financiamento público banca investimentos vultosos em pesquisa, em fases nas quais os resultados eram totalmente incertos. Na biotecnologia, na nanotecnologia, o capital de risco chegou 20 anos depois que os investimentos mais importantes foram feitos com recursos do setor público. Essas são palavras da Mazzucato.

O exemplo que ilustra bem a ideia várias vezes mencionada em suas palestras — e aqui também — é o do segmento de *smartphones*. Boa parte da tecnologia que eles contêm dependeu de investimentos públicos, notadamente do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, quando nem se imaginava o alcance que teriam, com a Internet, o sistema de navegação GPS e a tela sensível ao toque.



Para Mazzucato, o Estado empreendedor assume um papel bem mais amplo do que corrigir falhas de mercado ou facilitar a inovação sem muita regulamentação, efetuar cortes impostos e promover investimentos em educação, pesquisa básica e infraestrutura, como afirmam muitos economistas. O papel estatal se faz presente em todos os estágios: da pesquisa básica, da pesquisa aplicada ao financiamento das empresas. O Estado não faz sozinho as coisas, mas é o responsável para disparar a fase de alto risco, a incerteza e o capital intensivo. Dessa forma, estimula a participação do setor privado e gera novos mercados.

Por trás da maioria das revoluções tecnológicas e dos longos períodos de crescimento, o Estado aparece em primeiro plano. Segundo Mazzucato, isso está acontecendo hoje na China, na Coreia, em Singapura, na Dinamarca, na Alemanha.

Nesses países, o investimento público é orientado por missões, objetivos e decisões como: *“Queremos avançar em nanotecnologia. Queremos fazer uma coisa chamada Internet. Queremos mandar o homem para a Lua. Queremos enfrentar as mudanças climáticas”*. Decisões de investimento desse tipo se orientam por objetivos, vão além de simplesmente introduzir investimentos numa área. Na verdade, geram oportunidades e expectativas concretas para as empresas e outros agentes econômicos.

Em abril de 2016, por encomenda do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos — CGEE, vinculado de certa forma ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação, a economista apresentou o resultado do seu relatório, *The Brazilian Innovation System*. O documento destaca que o Brasil possui um sistema de inovação desenvolvido, com instituições-chave em todos os seus subsistemas, mas que ainda não conta com uma agenda estratégica consistente de longo prazo que oriente as pesquisas científicas e os agentes privados e seus esforços para a inovação. O relatório traz importantes contribuições sobre como a inovação pode ser o fio condutor de uma política de desenvolvimento econômico e social. Como foi elaborado antes da crise orçamentária, fica difícil avaliar a viabilidade da adoção das recomendações sugeridas.

A grave crise, sem precedentes, se abate sobre a área de ciência e tecnologia do Brasil e vem prejudicando todo o esforço iniciado pelo próprio Estado, quando



criou os fundos setoriais, com o objetivo de alavancar recursos extraorçamentários para financiar desenvolvimento científico, estratégico para o País.

Os fundos setoriais foram idealizados como um instrumento inovador de política científica e tecnológica para o Brasil. No início da sua implementação, três grandes compromissos estavam presentes: ampliar e dar estabilidade de recursos ao sistema de ciência, tecnologia e inovação; eleger o setor produtivo como agente central de suas ações; promover de forma equilibrada entre os setores governamental, acadêmico e empresarial a gestão compartilhada da nova política.

Nesse contexto, vale lembrar a situação vivida pelos institutos públicos de pesquisa. Alguns deles, inclusive, não existem mais. Outros atravessam grandes dificuldades para continuar a sobreviver, seja por falta de recursos financeiros, o que afeta sua gestão, seja por falta de recursos humanos qualificados. Além disso, enfrentam problemas decorrentes das recentes transformações tecnológicas com as *startups*, a inteligência artificial, a automação e a Indústria 4.0, que estão mudando o cenário e o perfil de atuação das empresas.

Como a maioria dos institutos são da década de 70 — alguns deles, da época do Império —, continuam olhando para a demanda daquela época sem considerar os avanços tecnológicos recentes, pois não têm instrumentos para modificar esse cenário, que remete até mesmo para a sua obsolescência. Esse é, portanto, o quadro atual do setor de ciências e tecnologia no País, conforme visto em longa visão ideal de *O Estado Empreendedor*, preconizado por Mariana. Mas nem por isso podemos nos furtar a propor sugestões para superar a crise.

Eu sou Presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação. Represento 156 instituições. Por isso, cuido muito do que falo. Com o propósito de fazer uma avaliação crítica e apontar caminhos para a atuação dos institutos tecnológicos, a ABIPTI realizou em abril deste ano, juntamente com o Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR, que também presido, um *workshop* intitulado *A Atuação Sustentável dos Institutos de Pesquisa face aos Novos Modelos de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação*. O evento contou com a participação de 154 pessoas, entre representantes e dirigentes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações — MCTIC, representantes dos Governos Estaduais, dirigentes de fundações de amparo à



pesquisa, gestores de órgãos públicos federais e estaduais da ciência e tecnologia, gestores e analistas de políticas públicas, principalmente na área da ciência e tecnologia, dirigentes de instituições científicas e tecnológicas, empresários de diferentes portes, empreendedores de empresas incubadas, pesquisadores.

Vale ressaltar que quase a totalidade dos debatedores e palestrantes — um deles está aqui ao meu lado, meu querido Fernando — do evento firmou um entendimento comum, igual ao da Mariana, de que o Brasil possui hoje, de fato, um sistema de ciência e tecnologia mais rico, diversificado e mais próximo de atender às demandas da sociedade, porém, em função de sua dimensão, mais competitivo na busca de recursos humanos e financeiros.

O evento permitiu que a ABIPTI extraísse uma série de sugestões e recomendações acerca do *status* atual do setor. Dentre elas, o destaque remete, obviamente, para questões do financiamento do setor. Torna-se imperativa a utilização de recursos extraorçamentários provenientes dos fundos setoriais que estão alocados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT. O desafio agora é recuperar os recursos do fundo.

Nesse sentido, é importante a aprovação do projeto de lei que está tramitando nesta Casa, de autoria do Senador Lasier Martins, que visa a impedir o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Ainda em relação ao financiamento, observou-se que a inovação envolve riscos. Sendo assim, a parceria entre o Estado e o setor privado é fundamental, mas não nos moldes tradicionais, com o excesso de burocracia que se conhece. Inovação exige rapidez, agilidade e, principalmente, o compartilhamento de risco entre Estado e empresas.

Em todos os lugares do mundo, fundos privados predominam no apoio às *startups*, que estão muito em moda hoje, dada a agilidade que conferem ao processo de inovação. Se o Estado quiser incentivar *startups*, precisa incentivar antes os fundos privados.

A ampliação progressiva dos recursos da subvenção econômica também se faz necessária e foi fortemente reivindicada durante o *workshop*.



O Governo precisa também utilizar com mais frequência outro poderoso instrumento de apoio para o setor, o seu poder de compra. Para muitos especialistas, essa é uma modalidade considerada mais efetiva e com menores custos de transação do que patentes, subvenções e incentivos fiscais como forma de incentivar a inovação.

Nos Estados Unidos, o poder de compra é o principal instrumento aplicado com sucesso no fomento às pequenas e microempresas. No Brasil, as compras públicas movimentam cerca de 10% do PIB do País.

As aquisições, pelo Estado, dos aviões da EMBRAER e a aquisição, pelo Ministério da Saúde, de medicamentos para compor o coquetel anti-*aids* são exemplos de destaque no emprego dessa modalidade. Outro exemplo, também na área da saúde, é a instalação do Complexo Econômico Industrial da Saúde. Com essa política, a expectativa da pasta é que haja um investimento privado de 6,4 bilhões de reais e a construção de pelo menos 3 novas fábricas, além do envolvimento de cerca de 450 doutores especializados em pesquisa para auxiliar o desenvolvimento de medicamentos e produtos para a saúde no País.

Cabe também mencionar o novo marco legal. Temos, de fato, uma legislação bem sofisticada, comparável à dos países mais avançados. Esperamos, com a regulamentação, superar alguns gargalos técnicos em segurança jurídica que a lei de 2004 provocava, particularmente no que tange à atuação dos órgãos de controle externo.

Esses órgãos precisam ter mais sensibilidade e avaliar de forma diferenciada o setor de ciência e tecnologia, tendo em vista a sua importância para o desenvolvimento do País. Em vez de se arvorarem em defensores do Direito e atuarem quase como gestores das entidades de ciência e tecnologia, deveriam, antes de tudo, apoiar melhorias nas práticas de gestão dessas entidades, incluindo o exame de apreciação de contas dos projetos, a prevalência do ponto de vista técnico sobre o ponto de vista apenas financeiro, ou seja, do foco nos resultados e impactos efetivos dos projetos. Sabemos historicamente o quanto esse tipo de atuação tem sido prejudicial ao setor e aos gestores de projetos que nele militam.

Por fim, temos que ter clareza dos ajustes a serem realizados pelas instituições de ciência e tecnologia, advindos, como já falamos várias vezes aqui, do



teto orçamentário, da Emenda Constitucional que fixou um teto por 20 anos. Não se trata só dos cortes no Orçamento. Mas, se por acaso essas instituições atuarem com outras fontes de recursos, não poderão recebê-los.

O Orçamento refere-se a receitas e despesas. Sendo assim, se uma instituição de ciência e tecnologia conseguir fomento ou outros resultados, fruto dos seus produtos ou serviços, não poderá incorporá-los em seus orçamentos, já que o teto orçamentário limita também as receitas.

Dessa forma, nós do Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR só tivemos uma saída. A partir de 1º de janeiro do próximo ano, não estaremos mais vinculados ao orçamento do Estado. O TECPAR se tornará uma empresa estatal independente. Foi a única saída: passar de uma empresa estatal dependente para uma empresa estatal independente. Os recursos que teremos no ano que vem estão acima da capacidade do orçamento do Estado para ciência e tecnologia.

Senhoras e senhores, estamos aqui juntos numa luta que já é de muitos anos — e será ainda de muitos anos. Se juntos estivermos — esta Casa, o setor privado e o setor público —, esses anos poderão ser diminuídos.

Parabéns à organização deste evento!

Srs. Deputados, muito obrigado por nos abrigarem nesta Casa. Queridos amigos e parceiros dessa luta, vamos em frente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Com a palavra o ex-Senador e atual Secretário de Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Governo do Ceará, Sr. Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA - Sr. Presidente da Comissão, Deputado Paulo Magalhães; nosso ex-Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Deputado Celso; Profa. Helena; Sr. Ildeu; Sra. Tatiana, nossos colegas que já se manifestaram — a nossa Associação também já se manifestou nesta audiência —, primeiro, quero cumprimentá-los pela iniciativa construída. Isso é muito importante, Deputados Celso e Paulo, a construção desse movimento junto à academia e aos que estão diretamente ligados ao setor de pesquisa do País é muito positiva.

Segundo, destaco essa firme denúncia que vocês estão fazendo de forma contundente. Isso demonstra o papel destacado destas instituições, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, da Academia Brasileira de



Ciências, de todo esse conjunto de organizações da sociedade. Temos uma firme denúncia, que envolve setores que até se iludiram com o caminho proposto do projeto *Uma Ponte para o Futuro*. Também temos uma desilusão. Acho que temos de compreender essa desilusão, abraçá-la e trazê-la para este leito, porque são pessoas que também pensam no País. Então, temos que agregá-las a esta batalha e ver como nós as concentramos.

A Deputada Luiza Erundina fez uma referência breve a essa questão, que é o problema de como enfrentar, em situação adversa, a defesa da ciência, da tecnologia e da inovação no País.

Eu me lembro perfeitamente de que, no final do Governo do Fernando Henrique Cardoso, depois de o País quebrar duas vezes e ficar rastejando, o alvo central era a ciência e tecnologia, como cortar mais recursos dessas áreas.

Exatamente naquela época se promoveu uma conferência de ciência e tecnologia. O próprio Ministério da Ciência e Tecnologia, a Academia e esta Casa se mobilizaram com o intuito de impedir o contingenciamento de recursos na área de ciência e tecnologia. Isso durou um longo período, o que permitiu melhorar o ambiente de inovação tecnológica da pesquisa científica no País. Acho que nós fizemos um bom trabalho.

Deputado Paulo Magalhães e Deputado Celso Pansera, V.Exas. conhecem perfeitamente o que nós estamos tratando, viveram inclusive esses momentos aqui no Congresso Nacional.

Nós tivemos uma boa conversa com as instituições, com o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e com o Relator da área de Ciência e Tecnologia, o responsável por esta área tão importante. Nós conseguimos romper, naquela época, essa estreita margem que hoje nos impõe o tal teto, essa coisa estúpida que aprovamos aqui. É uma coisa de imbecis, proposta pelo Governo, mas aprovada aqui no Congresso Nacional.

Isso criou obstáculos terríveis que estão sendo sentidos agora, porque eles estão sendo ampliados. Como rompê-los? Acho que a ciência e a tecnologia têm condições de rompê-los. Acho que a Comissão pode ser, digamos assim, uma ponta de lança no diálogo com o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para que possamos fazer o nosso *lobby*.



Nós temos uma vantagem: as áreas de controle podem acompanhar tudo diretamente, porque o nosso *lobby* é aberto e transparente. Nós dizemos abertamente: “*Nós precisamos de mais recursos para a área de ciência e tecnologia.*” É óbvio que essa é uma batalha concreta, não temos que fugir disso nem achar que estamos fazendo algo errado por isso.

Por isso, já anunciamos ao TCU, à CGU, ao Ministério Público, aos juízes que mandam prender reitores, aos delegados, enfim a todos, que nós estamos fazendo um trabalho de pressão dirigido no Congresso Nacional. E uma das bases de nossa ação é a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para que a Nação não sucumba diante dessa ação desenvolvida pelo famoso teto, que está colocando torniquete na área da ciência, tecnologia e inovação do nosso País.

Acho que nós poderíamos dirigir bem isso, Deputado Paulo Magalhães e Deputado Celso Pansera, juntamente com as instituições. Acho que nós temos argumentos.

Essa apresentação que foi feita aqui pelo pessoal da indústria demonstra o que tivemos de retorno para o Brasil, o que nós ganhamos, como essa informação de que chegou uma grande inovação ao Paraná.

O Paraná teve que fazer uma renovação brutal. Ele teve que desvencilhar uma instituição pública estatal do Estado para que ela pudesse continuar recebendo recursos. Se isso não fosse feito, ela estaria impedida de recebê-los, porque o limite de orçamento impede que isso aconteça.

Acho que podemos sim fazer isso. Temos condições. Esta Comissão e os senhores são muito respeitados dentro do Congresso Nacional. Há pessoas muito respeitadas aqui. A Deputada Luiza Erundina tem sua trajetória e desde 1995 participa da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. Ela nunca faltou 1 dia, é muito querida, respeitada, contundente e firme em suas posições — alguns disseram que ela é radical.

Há setores que muitas vezes chamamos de conservador por serem de direita. A Direita não é formada de imbecis não, gente! Nela há pessoas inteligentes, capazes, preparadas, que sabem o que é Brasil, que sabem o que é indústria, que sabem o que é desenvolvimento econômico e estão conosco. Podem ter certeza de



que eles irão conosco fazer esse *lobby* aberto e transparente em favor do desenvolvimento do nosso País.

Acho que é isso que teremos de conduzir. Em nome do nosso conselho, fico feliz por ter sido acolhido pela Comissão com essa compreensão de que se pode conduzir uma causa da Nação inteira, e não a de um partido, nem de uma corrente nem de um pensamento de centro, de direita ou de esquerda. É o País que nós temos que colocar na frente. Colocando o País na frente, tenho certeza de que nós podemos sair vitoriosos com o apoio da bancada.

O Deputado Ivan Valente já colocou a bancada dele inteira à disposição. Eu não posso falar a mesma coisa, mas, como o Presidente já falou, acho que S.Exa. estava colocando a nossa bancada inteira à disposição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Magalhães) - Senador Inácio Arruda, quando nós aprovamos o requerimento convidando o eminente Ministro Celso Pansera para esta audiência pública, tínhamos a convicção do movimento que estávamos a comandar.

Daí porque, senhores pesquisadores, senhores da ciência, senhores professores, assumi um compromisso com meus pares, os Srs. Deputados, de manter um contato com o Relator do Orçamento, o Deputado Cacá Leão.

Quero dar conhecimento aos senhores que já enviei correspondência para o Relator do Orçamento e tive dele uma assertiva de que nós teremos mais recursos no Orçamento. Isso é fruto desse encontro.

Quero que a Comissão seja um veículo efetivo entre nós, o orçamento e o Governo. É desta forma que eu quero nortear a minha passagem pela Comissão de Ciência e Tecnologia, com os senhores aqui dentro, com o Deputado Celso Pansera, com os Deputados membros e até com os que não fazem parte da Comissão, mas que são importantíssimos nessa luta, para que possamos dizer no fim do mandato: "*Nós cumprimos a nossa obrigação*". E qual é a obrigação? É fazer os recursos chegarem aonde devem chegar, é buscar dotação orçamentária para a pesquisa, porque não existe desenvolvimento em país nenhum, muito menos no nosso, sem pesquisa e sem aqueles que querem o melhor para a Nação.



É por isso, Deputado Pansera, que fiz questão de vir aqui saudar todos, principalmente V.Exa., que foi o comandante dessa nau, e dizer-lhes que o Ministro Kassab e a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática vão caminhar com os senhores e com as senhoras.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Com a palavra o Dr. Wellington Lourenço de Almeida, Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal — FAPDF.

O SR. WELLINGTON LOURENÇO DE ALMEIDA - Boa tarde. Quero agradecer ao Deputado Paulo Magalhães, ao Deputado Celso Pansera e, na pessoa deles, aos demais Deputados que utilizaram da palavra neste evento importante. Também agradeço à Deputada Luiza Erundina e às demais Deputadas. Quero cumprimentar os meus colegas de entidades presentes e também os pesquisadores e pesquisadoras de sociedades científicas presentes aqui neste dia.

Eu estou representando o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa — CONFAP. A nossa Presidente Maria Zaira Turchi não pôde estar presente, por isso estou aqui para abordar algumas questões. E o farei de maneira resumida, em função da hora e também pelo privilégio de ter sido antecedido por muita gente que traçou esse contexto difícil, caótico e preocupante do financiamento à ciência, à pesquisa e à inovação do País.

Eu vou registrar a posição do CONFAP, que converge plenamente com a ideia de se criar um movimento de atuação emergencial. É claro que nós deveríamos estar discutindo aqui — e acho que foi muito bem colocado pelo Júlio César — a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a qual o ex-Ministro Celso Pansera, hoje Deputado, tanto se envolveu, assim como tantos de nós nos envolvemos, mas, infelizmente, estamos tentando discutir uma questão emergencial de sobrevivência. Isso é muito ruim.

O nosso espaço institucional é bastante plural do ponto de vista político, porque as fundações estaduais também têm conexões com os Governos dos diversos partidos. É um fórum que apoia plenamente essa luta emergencial para recompor o orçamento, para trabalhar contra os contingenciamentos, e recompor especialmente o orçamento na Lei Orçamentária Anual para o ano que vem, porque a situação é dramática.



Apesar se o sistema estadual não ser muito consolidado e lutar por se consolidar no País nos últimos anos, ele tem feito alguns esforços que dependem fundamentalmente também de uma conexão com as agências nacionais, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES, com a Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP.

Com o apoio das FAPES, temos tentado, ao longo deste ano, superar dificuldades nas universidades, especialmente, ampliando o apoio a bolsas de iniciação científica, de mestrado, de doutorado. Também temos tido o cuidado de não deixar que programas fundamentais desapareçam. Temos programas com o CNPq, por exemplo, que incorporam novos pesquisadores em projetos novos, como os núcleos emergentes, e também o Programa de Apoio a Núcleos Emergentes — PRONEM, núcleos de pesquisadores mais tarimbados, de excelência, que estão correndo risco.

Para exemplificar o nosso drama, eu quero pegar um único exemplo, o dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia — INCTs, que está na sua segunda versão, arrastando-se num edital que vem de anos. Foi uma iniciativa muito importante para o País.

Nessa última versão dos INCTs, iniciamos um diálogo com o CNPq, no qual levamos em consideração o perfil de cada fundação, numa relação de um para três, com as fundações que tinham menos recursos, um para dois, para as que tinham recursos médios, como é o nosso caso aqui do Distrito Federal, ou um para um, das fundações com mais recursos. E chegamos a um momento em que houve uma expectativa enorme dos grupos de pesquisa. O processo de avaliação das propostas é realizado por consultores *ad hoc*, é um padrão internacional de avaliação. Chegamos a uma situação em que, para manter os que ficaram sem o financiamento — é o nosso caso aqui e o de outras fundações também —, foi preciso apostar na relação de um para um em termos orçamentários. Mesmo assim, isso está em risco, porque não sabemos se no ano que vem teremos essa contrapartida das agências. Então, a situação é dramática e, de certa maneira, incomoda também os dirigentes dessas agências.



Eu acho que a linha adotada nesta audiência pública cria uma convergência política importante, envolvendo espaços institucionais plurais, envolvendo a área de pesquisa, envolvendo o setor empresarial, que é uma outra questão importante. As também FAPES vêm trabalhando nos últimos anos no sentido de construir um caminho, que ainda não é simples no Brasil — em alguns lugares sim, mas em outros não —, de conexão entre pesquisa básica e pesquisa aplicada, apoiando pesquisas em ambientes produtivos, apoiando iniciativas de parques tecnológicos que estão surgindo no País, apoiando *startups*. Mas tudo isso está bastante em risco.

Para concluir, no meu modo de ver, nós temos que fazer valer essa fala do CONFAP, no sentido de que haja essa intervenção emergencial para que se garanta a sobrevivência do ano que vem e se recupere uma agenda mais estratégica, de atualização do marco legal, que é a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação.

Temos que resistir neste momento e sair do improviso no momento seguinte. É isso que nós precisamos fazer.

Vamos à luta!

Obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Queria agradecer ao Sr. Wellington, que falou pelo CONFAP.

Eu queria registrar a presença do Deputado Adelmo Leão aqui e fazer um balanço da nossa audiência. Nós tivemos uma reunião bem movimentada com a presença de Deputados. Os 32 membros da Comissão estiveram presentes em algum momento e 9 não membros da Comissão estiveram presentes. Então, podemos ver que houve uma mobilização foi intensa dos Deputados, o que, de fato, nos trará bastante retorno político. Eu não tenho dúvida disso.

À tarde, o nosso encontro será às 15 horas no Salão Nobre. É muito importante chegarmos lá até às 15h30min, porque o evento está agendado para as 16 horas na sala do Presidente. A sala é grande, e o evento será rápido.

Esse encontro terá grande significância para nós, porque ele vai se desdobrar depois, em reuniões com a Comissão de Orçamento, com o Governo, em moções e requerimentos que iremos apresentar na semana que vem, especialmente sobre o



fórum que será realizado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que é um bom ambiente para se discutir com outras áreas de Governo.

Eu tenho dois pedidos de fala de representantes de entidades que não foram contempladas com a aprovação do requerimento: Maria Clarinda Soares, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação — FOPROP; e Tamara Naiz, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG. Então, após a fala do Deputado Odelmo Leão, vou conceder 5 minutos para cada uma delas antes de encerrarmos.

Concedo a palavra ao Deputado Adelmo Leão, de Minas Gerais, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ADELMO CARNEIRO LEÃO - Rapidamente, quero cumprimentar o Deputado Celso Pansera e parabenizá-lo por este evento importante que está acontecendo. Cumprimento também as convidadas e os convidados desta audiência pública.

O que eu quero dizer aos senhores é que, se nós não revogarmos esta Emenda Constitucional nº 95, de 2016, vamos trabalhar sempre no imediatismo, na emergência. Se neste ano a situação é grave, no ano que vem será mais grave ainda. E a cada ano que passar, mais grave ainda será. Então, a situação é muito séria.

A Emenda Constitucional nº 95 talvez seja a maior essência, o símbolo do que é o golpe contra as políticas sociais, a soberania nacional, o processo de inclusão social na saúde, na educação, na ciência e tecnologia e no desenvolvimento social.

Em todos os debates que temos feito, a manifestação dos Relatores é essa que nós estamos vendo aqui. Não há nenhum Relator, seja da saúde, seja da educação, seja do desenvolvimento social, seja da ciência e da tecnologia, que não reconheça o grau ínfimo de investimento ou desinvestimento que existe nessas áreas. E todos estão se comprometendo a colocar mais recursos em suas áreas. Agora mesmo, eu escutei o Relator do desenvolvimento social dizer que, se for como está proposto, não apresentaria nem assinaria o relatório.

Os senhores vejam a gravidade da situação! Isso não é possível.



Em todo ajuste que nós temos que fazer — e temos que fazer mesmo —, o recurso deve sair de algum lugar. E tem que sair do lugar que não foi mencionado nessa emenda constitucional, porque tudo foi feito para sustentar o sistema de dívidas, o sistema mercantil que existe neste País. Essa emenda é contra o processo de inclusão social, é contra a própria soberania nacional.

Então, eu quero aqui, em nome também do Partido dos Trabalhadores, dizer que todos os Deputados e Deputadas do PT estarão alinhados nesse processo e nessa condução que os senhores estão encaminhando aqui e já encaminharam pelo sistema com todos os representantes da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Estamos juntos nesta luta para fazer com que o Brasil retorne ao caminho do desenvolvimento, da segurança nacional e da soberania nacional.

Não haverá futuro para este Brasil se ele continuar enquadrado nesse processo, sem recurso para a ciência e tecnologia, para a saúde, para a educação, para o saneamento, enfim, para o desenvolvimento.

A luta é nossa!

Estamos juntos até a vitória, se Deus quiser! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Deputado.

Antes de passar a palavra para os dois últimos oradores se pronunciarem, eu gostaria de fazer um agradecimento especial à Mariana, da assessoria da ASBPC, pelo apoio, por ter nos ajudado a organizar esta audiência. Muito obrigado. Foi muito importante a sua presença aqui conosco. (*Palmas*). Gostaria de agradecer também ao Gerson, do CNPq. Essas pessoas conhecem os trâmites da Casa e nos apoiam em muitos momentos. Embora sejam das entidades, dos fóruns de assessores, são muito importantes para conseguirmos tocar o mandato aqui.

Passo a palavra à Profa. Maria Clarinda Soares, do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação — FOPROP.

A SRA. MARIA CLARINDA SOARES - Boa tarde.

Eu só queria fazer uma breve reflexão mesmo, sem dado nenhum, mas juntando todas as pontas do que foi falado aqui.

Eu estou aqui representando hoje o Prof. Jovires, que é o Presidente do Fórum de Pró-reitores, e ocupo também a Presidência do COPROPI, que é vinculada à ANDIFES.



Todas as senhoras e os senhores escutaram que nós temos um dos piores ensinos do mundo. Por outro lado, todos nós sabemos que as universidades devolvem para a sociedade profissionais qualificados e cientistas eficientes. Eu queria que pensássemos como as universidades estão fazendo essa mágica no País.

Tenho certeza de que, além do enorme esforço das pessoas que estão dentro das instituições, é o nosso sistema de iniciação científica, que não há igual em nenhum lugar do mundo. E ele não é o único. Eu acho que mais pessoas têm que pensar como estamos conseguindo trabalhar isso no País.

Esses cortes inevitavelmente vão afetar isso, pois ocorreram justamente no momento em que se começava a mudar a fisionomia, inclusive quando as mudanças se estendiam para o ensino médio e algumas instituições até levavam a iniciação científica para o ensino fundamental. Nós sabemos que quanto mais cedo a ciência entrar na vida do cidadão, mais eficiente vai ser o resultado.

Temos que pensar que poucos anos — estou falando de 5 anos a 6 anos — de investimentos contínuos em infraestrutura e em pessoas colocaram o País em 13º lugar na produção de artigos científicos no mundo. Isso foi muito rápido, muito eficiente. E a crítica que escutávamos é a de que tínhamos quantidade, mas não tínhamos qualidade. Contudo, estávamos em uma crescente de qualidade também, buscando a internacionalização, buscando esse impacto.

Precisamos lembrar também que, em 2004, foi colocada, nos ombros das universidades, a criação dos Núcleos de Inovação Tecnológica. Hoje, os maiores NITs estão dentro das universidades, que estão trazendo para si também a responsabilidade de fazer transferência e inovação.

Como consequência disso, nós somos o único País do mundo que tem como principal ente depositador de patentes as universidades e as Fundações de Amparo à Pesquisa — FAPs.

Então, parafraseando o Prof. Fernando Peregrino, eu achava que nós éramos surreais, mas hoje tenho certeza de que somos esquizofrênicos. Nenhum país no mundo tem na universidade a figura que deposita a patente. Isso cabe à empresa.



Há outra coisa: as poucas patentes que nós estamos depositando estão em risco, porque as universidades estão pagando isso com o dinheiro de custeio, que é outra coisa impensável, inimaginável, inexplicável.

Precisamos lembrar que está em nossas mãos a possibilidade de mudar a cultura do empresário, do empreendedor, do profissional, trazendo conceitos muito importantes que nós não tínhamos há 10, 15 anos sobre conhecimento sensível, de focar a transferência. Proteção é importante? É claro que é, mas muito mais importante que proteção é falar de transferência.

Eu gostaria de finalizar com um convite e uma última reflexão. Todos os senhores desta Casa receberam uma carta do FORPROF e do COPROF falando do *Dia C da Ciência* e pedindo apoio para isso. O que é o *Dia C da Ciência*? É mais uma iniciativa das universidades e dos centros e institutos tecnológicos para mostrar à sociedade a ciência que nós estamos fazendo, para mostrar que universidade é muito mais que formar pessoas.

Se nós representamos de 25% a 30% do sistema universitário público, nós representamos 90% do conhecimento. A sociedade precisa saber disso. Então, o lema do *Dia C* é: o dia em que o Brasil vai saber como as universidades e os centros e institutos de ensino e tecnologia estão mudando para melhor a vida das pessoas e do País. Ou a sociedade nos compra de verdade ou nós estamos mortos.

E faço a última reflexão que, para mim, é a mais grave de tudo. Nós tivemos, no ano passado, uma pesquisadora brasileira na lista dos principais cientistas do mundo: a Profa. Celina Turchi, aposentada da Universidade Federal de Goiás — UFG e hoje pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ. Os senhores sabiam que o Brasil precisou contratar uma empresa americana para produzir as vacinas? Isso significa o quê? Significa que a nossa competência na produção do conhecimento está garantida. Agora, a nossa capacidade de isso se reverberar nas empresas não aconteceu. Isso, para mim, é um atestado de incompetência nacional em transformar conhecimento em recurso para o País.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Profa. Maria Clarinda.



Passo a palavra para a Sra. Tamara Naiz, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos — ANPG.

A SRA. TAMARA NAIZ - Boa tarde!

Sr. Presidente, saúdo V.Exa., Deputado Celso Pansera, pela proposição desta audiência pública. Acredito que ela deveria acontecer no plenário da Casa, com a participação dos 513 Deputados, porque nós tratamos aqui hoje de temas da maior relevância para o nosso País.

Quero saudar também a Sra. Tatiana, o Sr. Ildeu e a Profa. Helena, que têm sido tão importantes nessa luta, representando suas instituições aqui. Também quero saudar as associações de pós-graduandos presentes da Universidade de Brasília — UnB, da Universidade Federal de Goiás — UFG e da Universidade de Pernambuco — UPE.

Eu quero aqui trazer a voz e a perspectiva dos quase 300 mil estudantes de mestrado e doutorado do nosso País. Nós somos jovens pesquisadores e cientistas de todas as regiões do País. Nós estamos presentes em mais de 90% da pesquisa praticada no País, que é feita no âmbito da pós-graduação.

Nós acreditamos que a educação, ciência, tecnologia e inovação são áreas fundamentais para a criação de oportunidades pessoais e coletivas, para o desenvolvimento sustentável e soberano do nosso País. Nós sabemos que a ciência é uma ferramenta indispensável para a busca do progresso humano. Nós também nos encontramos hoje com muita incerteza com relação ao futuro, ao nosso futuro, ao futuro do nosso País, ao futuro da nossa ciência.

Nós hoje tememos a placa com a seguinte frase: *“Não há vagas”*. Ao titularmos os 14 mil doutores que serão titulados em 2017, nós tememos, no próximo ano, o fato de não sermos absorvidos pelas universidades, pelas indústrias do nosso País.

Nós sabemos que, sem ciência, não haverá um amanhã promissor para o nosso povo, porque, sem ciência, não há remédio, não há alimentação, não há transporte público, não há saúde, não há educação de qualidade.

Por isso, a ciência não pode ser tratada como um gasto. A ciência tem que ser tratada como um investimento, mais do que nunca, necessário para a retomada



do desenvolvimento do País. Sem ciência — e nós vimos os dados mostrados hoje aqui —, o Brasil não avança.

Por isso, nós estamos aqui, mas também estamos nas ruas, estamos nas redes, como na enorme marcha que nós fizemos agora, no sábado, na Paulista, para denunciar o desmonte que vem acontecendo na ciência brasileira e nas universidades, promovido pelos cortes e pelos contingenciamentos de verba que afetam universidades, museus, institutos, bolsas, projetos.

Nós estamos aqui para dizer — e isso ficou bem evidente por todas as apresentações que foram feitas aqui hoje — que, sem investimento, não há um futuro promissor. E não é qualquer futuro que nós queremos. Nós não queremos uma ponte para o passado. Nós queremos um futuro de oportunidades. Nós acreditamos no Brasil. Nós queremos mais para o nosso País, para a nossa ciência, para o nosso povo.

Por isso, não podemos permitir que uma questão conjuntural, como a crise que o Brasil atravessa, congele as nossas possibilidades de futuro. Por isso, nós temos que fazer como os chineses: pensar que as crises também são oportunidades para repensar o nosso modelo de desenvolvimento e os nossos investimentos.

O Brasil é um país que ainda tem muito a se fazer, um país que é gigante, mas um gigante com pés de barro. Um Brasil tão grande, tão rico e tão desigual, e a nossa pós-graduação e a nossa ciência também se desenvolvem de forma desigual. Um Brasil que é imenso, que é continental, que tem especificidades em cada região e precisa desenvolver a ciência e propor soluções genuínas para os problemas que são genuínos de cada região.

Nós temos muitos desafios neste Brasil imenso, rico e desigual, mas também temos muitas oportunidades a nosso favor. Há uma abundância de recursos naturais, e não queremos que eles sejam privatizados, não queremos que nossos rios, nossas matrizes energéticas e nossas reservas naturais sejam privatizados.

Nós temos abundância de recursos naturais, mas nós também temos uma população jovem, inventiva, criativa. Se nós não investirmos nela aqui, ela vai desenvolver ciência em outros lugares, como já tem acontecido. Os pesquisadores brasileiros estão sendo recrutados por diversos países, e nós não queremos que



esses cérebros saiam daqui. Nós queremos que eles fiquem aqui para que ajudem a desenvolver a nossa ciência e a passar este País a limpo.

Há uma frase de Louis Pasteur que diz: “*A ciência não tem pátria, mas o cientista tem*”. Por isso, nós jovens, nós da comunidade acadêmica, nós de instituições, nós da ANPG não podemos desistir do nosso País, porque somos pesquisadores, somos cientistas brasileiros. Nós nos dedicamos cotidianamente com afinco à realização das nossas pesquisas. Nós temos que resistir e não aceitar esse desmonte que o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia vem enfrentando.

Por isso, nós pedimos o apoio e a compreensão dos Srs. Deputados para que o orçamento da ciência de 2017 seja descontingenciado. São somente 2,2 bilhões. Só de emenda parlamentar aqui para salvar o pescoço do Presidente foram aprovados quase 15 bilhões.

Nós pedimos a atenção de V.Exas. para o orçamento de 2018, porque a ciência está à beira de um colapso. Nós pedimos a derrubada da Proposta de Emenda à Constituição nº 95, porque nós sabemos que ela não abre brecha para ampliação do investimento em ciência. A ciência não está fora da emenda, porque, ao contrário, está muito submetida a ela. A nossa área é de natureza discricionária e não obrigatória. O Governo já está reduzindo absurdamente os recursos para as áreas de natureza obrigatória. Imaginem as áreas de natureza não obrigatória, que vão ficar com o que restar. A Deputada Erundina comentou aqui que todas as áreas, e são muitas, de natureza discricionária vão ficar só com 5% dos investimentos.

Por isso, nós estamos aqui para solicitar apoio de todos os Srs. Deputados. Sem investimentos não há futuro promissor nem digno para o nosso povo. Precisamos abraçar os conhecimentos, as oportunidades e as riquezas que a ciência brasileira gera e os coloquemos a serviço do desenvolvimento do nosso País para a superação desta crise.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Celso Pansera) - Obrigado, Tamara.

Antes de encerrar, informo que há um restaurante localizado nos fundos do Anexo III. Logo depois do restaurante, no final do corredor, tem uma lanchonete e, saindo aqui à direita, no final do corredor, descendo as escadas, há um túnel que



passa por baixo da rua para ir ao Anexo IV, onde há dois restaurantes, no décimo andar.

Talvez vocês encontrem alguma dificuldade para chegar ao Salão Nobre, que fica atrás do plenário. Então, por favor, entrem em contato comigo, com o Gerson e a Fabiana para que resgatemos vocês para levá-los ao evento.

Vamos tirar uma foto agora com a faixa. Quem puder, venha aqui atrás para registrarmos este momento histórico. *(Pausa.)* Enquanto vocês vão se ajeitando, eu preciso cumprir uma formalidade.

Concluídos os trabalhos, quero agradecer aos Srs. Parlamentares, ao corpo de assessores, aos profissionais da imprensa, ao público em geral e, em especial, mais uma vez, a todos os senhores palestrantes pelas valiosas contribuições trazidas ao debate de tema tão importante para o desenvolvimento do País.

Está encerrada a audiência pública. *(Palmas.)*